



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



**FÓRUM NACIONAL DE
REFORMA URBANA**

*Observatório das Metrópoles, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana,
apresenta*

AS METRÓPOLES E A COVID-19: DOSSIÊ NACIONAL

A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: TERRITÓRIOS PRECÁRIOS, CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA, MORADIA E A COVID-19

Juliano Pamplona Ximenes Ponte

José Júlio Ferreira Lima

Ana Cláudia Duarte Cardoso

Raul da Silva Ventura Neto

Thiago Alan Guedes Sabino

Roberta Menezes Rodrigues

Danielle Saori Hantani

Nayara Sales Barros

Belém

Julho de 2020



Laboratório Cidades na Amazônia
FAU - UFPA



1. Amazônia, questão regional, desigualdade e a pandemia.

A pandemia expôs exemplarmente as contradições subjacentes à urbanização da Amazônia. Não por acaso esta tem sido uma região fortemente impactada pelo novo Coronavírus que, apesar da subnotificação generalizada a partir dos dados oficiais, concentra três quartos dos casos com maiores taxas de mortalidade no país (MONTEIRO, SANTOS, 2020). Uma combinação de desigualdades sociais, dispersão dos assentamentos humanos (cidades, vilas, aldeias, comunidades) e desigualdade de acesso a serviços e equipamentos, especialmente de saneamento e saúde, expõe um racismo ambiental histórico praticado pelo país contra indígenas e negros há séculos (ISAa, 2020) grupos de risco dentro e fora das metrópoles.

Não é possível compreender a situação das metrópoles mais antigas da Amazônia - Belém e Manaus, sem revisitar os períodos de colonização e de exploração da borracha, e todo o processo de miscigenação induzida, e a forte presença mestiça (HENRIQUE, 2018). Em 1872, 55,79% da população de Belém era composta por não brancos, ou o que o IBGE chamaria hoje de negros (situados em torno do espectro de pardos, negros e caboclos) (LAURINDO JÚNIOR, 2012), fato que é pouco associado à narrativa da construção da cidade branca, que seguia padrões europeus de construções e provisão de serviços, com concessões de transporte, energia e saneamento exploradas por empresas estrangeiras (SARGES, 1998).

A visão de território e da distribuição de políticas públicas a partir da metrópole prevaleceu na região, a despeito do padrão ancestral de distribuição de população, e no decorrer de séculos ocorreu um genocídio de povos indígenas estrategicamente expostos à contaminação pelos brancos, que permitiu o anúncio de que a Amazônia seria “terra sem homens” (BRASIL, 1970) pela ditadura militar, que na verdade significava que as vidas humanas que habitavam a região fora da metrópole não importavam. Desse modo, nunca se pensou em formas de distribuição de benefícios dos ciclos de exploração de recursos naturais para as pequenas aglomerações, ou em como desenvolver soluções logísticas e tecnológicas (inclusive aproveitando velhas tecnologias sociais), para dar cidadania e qualidade de vida para as populações da floresta. Longe disso, o velho racismo ambiental foi reeditado inúmeras vezes, a partir da “naturalização” de processos de expropriação de territórios, onde rios, solo, biodiversidade e pessoas compunham uma unidade (HECKENBERGER, 2005), e as estradas federais viabilizaram a transformação da terra em mercadoria - cobiçada para a exploração de madeira e de minérios, criação de gado e monocultura de soja (VENTURA NETO, 2017). Os rios também passaram a ser vistos pelo seu potencial de geração de energia (e mais recentemente de lavra de ouro, como ocorre no rio Xingu, após a construção de Belo Monte), a contaminação de

rios por mercúrio, cianeto, caulim é uma ameaça que só será reconhecida quando um grande desastre (maior do que os ocorridos em Brumadinho e Mariana) ocorrer (ISAb, 2020). Mas o que tudo isso tem a ver com a pandemia de Covid-19, no ano de 2020?

Foram multiplicados os pobres na região! Sem terra, sem acesso a recursos naturais, os povos indígenas e quilombolas foram transformados em populações marginais e desassistidas e, no caso dos indígenas, não resistentes às doenças infecciosas trazidas pelos brancos, que por tantos séculos de experiência e resistência se isolaram na floresta (ISAc, 2020) Mas a floresta tem sido vorazmente desmatada e, na atual gestão do governo federal, invadida por garimpeiros e por grileiros que já aprenderam com a Lei 11.925/2009, que alguns anos de espera e uma boa representação no congresso nacional são suficientes para operar mecanismos de transformação de terra pública grilada em terra regularizada. A legitimação das ilegalidades é inclusive premiada com financiamento e com a providencial tolerância quanto ao uso de agroquímicos (ou agrotóxicos) de grande impacto sobre rios e solo, que inviabilizam a permanência da população nativa (www.cartadebelem.org.br). Muitos outros mecanismos foram constituídos no atual Governo Federal para favorecer essa prática, como a retirada das plataformas utilizadas pelos agentes de regularização fundiária das informações sobre terras requeridas por indígenas, mas que ainda não foram demarcadas, favorecendo os fazendeiros brancos que autodeclararam no Cadastro Ambiental Rural (CAR) o domínio de tais terras (ver caso da Terra Indígena Ituna/Itatá (ISAd, 2020). Em meio a tudo isso o número de conflitos no campo aumentou e só o povo Guajajara perdeu 49 de seus membros assassinados defendendo suas terras (ISAE, 2020). Por outro lado, a cobiça pela terra potencializa queimadas, que são estrategicamente realizadas para também liberar terras em áreas de potencial turístico, como ocorreu na área adjacente à vila de Alter do Chão em Santarém em 2019, dentro da mais nova Região Metropolitana paraense (GOMES, CARDOSO, 2020). A ação de garimpeiros foi intensificada durante a pandemia e espera-se que no verão, quando a umidade relativa do ar cai para um patamar de até 30 % na região do arco do desmatamento (www.climatempo.com.br), as queimadas sejam potencializadas novamente. Todo esse processo de destruição da floresta e de sua gente, aliás, é muito parecido com as condições de origem do novo coronavírus – o vírus vem das matas (UJVARI, 2011; AGAMBEN et al., 2020), e pode vir a liberar novos patógenos igualmente nocivos à espécie humana (FEARNSIDE, 2020).

Todo esse ciclo vicioso de reestruturação do espaço rural (e de desmatamento da floresta) empurrou os camponeses amazônicos para as cidades, ou a própria urbanização os alcançou em suas terras (CARDOSO et al, 2018), contudo, este processo de urbanização ocorre em uma fase da economia mundial em que as cidades não

precisam investir nas condições de reprodução da vida, pois o trabalho que mais interessa às cadeias globais acontece fora delas, e depende de funções muito seletivas para conectar a exploração de matéria-prima aos grandes mercados (o meio técnico científico informacional miltoniano – estradas, ferrovias, portos, rastreamento via satélite) (SPOSITO, ELIAS, SOARES, 2017), e não há sequer a desfaçatez de realização de algum investimento de suporte à consolidação das periferias que são geradas por toda a migração rural.

Ainda hoje pequenos e grandes confortos do consumo metropolitanos nacionais e internacionais estão associados a estas velhas práticas (como exemplo, a energia elétrica incorporada ao sistema nacional a partir das unidades de geração da Amazônia, ou o minério, a carne e a soja, vendidos para mercados asiáticos e europeus). O governo brasileiro propõe a militarização da Amazônia e a internacionalização da discussão, com o intuito de viabilizar a manutenção das atividades voltadas para exportação que são ligadas ao mercado financeiro, mas também de desviar o foco do diálogo direto com as populações locais (VECCHIONE, CAMPOS, SANTOS, 2020). A tendência é de crescimento da alienação da população brasileira quanto a esses processos e de ampliação da dívida social com os povos da região, sofisticando o racismo de tantos séculos. Nos atos de fala do Presidente da República são claras as indicações de ódio a todas as minorias étnicas e sociais, e a decisão recente de vetar 16 itens da lei 14021/2020 ilustra bem esta posição (ISAf, 2020).

O urbano extrapola em muito a cidade na região (CARDOSO et al, 2018), e isso causa enorme confusão. Os povos tradicionais precisam da natureza para viver, mas a presença da natureza não é reconhecida por instrumentos de planejamento e controle urbanístico e a inserção em espaços urbanos e periurbanos também é repleta das mesmas tensões e dificuldades que existem no universo rural. A expansão urbana não-regulada publicamente pressiona quilombos e comunidades indígenas nas duas regiões metropolitanas paraenses. Enquanto fora das cidades as estruturas produtivas apropriam-se de espaços naturais, de rios e florestas, nas cidades e áreas periurbanas entidades religiosas, em geral neopentecostais, atuam nas periferias disputam indígenas e quilombolas censurando e desestruturando suas práticas, e fragmentando suas comunidades, enfraquecendo sua resistência.

A prática de agricultura urbana e de quintais produtivos por populações quilombolas e por pardos está relacionada à venda de produtos nas feiras e a uma economia popular que é lida como informal e nunca foi devidamente mensurada, e durante a pandemia manteve pessoas trabalhando, convivendo com as metas de 70% de isolamento social. Na verdade, em determinado momento o isolamento social alcançou somente 36,62% da população no Pará (<https://www.romanews.com.br/cidade/para-passa->

[de-100-mil-casos-de-covid-19-e-se-fosse-pais-estaria-na/83907/](#)), e a distância dos territórios da cidade deixou de ser uma proteção porque a carência de internet e serviços nas comunidades impôs o deslocamento de pessoas para os centros urbanos para recebimento do auxílio de R\$600,00, que se tornam vetores de contaminação para as suas comunidades (BORGES, 2020).

Algumas comunidades instituíram o *lockdown* antes das Prefeituras Municipais, cientes de sua vulnerabilidade, caso dos Borari em Alter do Chão, Santarém (PA) (MEDEIROS, 2020), ou de mais de 40 comunidades quilombolas de Moju, Ananindeua, Abaetetuba, Baião, Inhangapi, Salvaterra, Concórdia, (BORGES, 2020). A Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (Universidade Federal do Pará) providenciou cartilhas em várias línguas indígenas para orientar os parentes, e ao pouco localiza os milhares de habitantes da cidade que abriram mão da identidade indígena. É preciso lembrar que os indígenas urbanos ou que vivem em terras indígenas não homologadas perdem seus direitos e sofrem preconceito nas cidades, preferindo omitir sua origem e apresentar-se como pardos pobres e periféricos.

Jovens pardos das periferias, que têm sofrido de um racismo institucional histórico (MIRANDA, 2020), se organizam em coletivos de juventude com grande atividade nas mídias sociais, tais como Tela Firme, Telas em Movimento, Covid-19 Periferias Belém, que nos primeiros meses apresentaram os riscos da pandemia para os moradores dos bairros consolidados sobre as baixadas de Belém, onde prevalece o super adensamento, a carência de informação, de saneamento e a alta vulnerabilidade à ação das milícias. Nos últimos meses, esses perfis informam sobre os óbitos dos vizinhos.

Observa-se que as trajetórias dos excluídos pela cor e pela etnia se entrecruzam na metrópole, e nas cidades que contam com leitos de Unidade de Terapia Intensiva, enquanto o índice de contaminação e óbitos está longe de se estabilizar, diante do avanço da contaminação para o interior do Estado, estima-se que o número real de casos seja até dez vezes maior do que o número de registros oficiais, somado ao aumento do número de mortes por outras doenças com sintomas similares aos de COVID-19. Na Amazônia as lições de Mbembe (2018) sobre necropolítica são acrescidas de novos exemplos de como destruir pessoas e fazer parecer que quem resiste é suicida, ou que são necessários mártires para que seja a sociedade aprenda novos caminhos.

2. A Economia Metropolitana da RMB

A economia da RMB é fortemente caracterizada pelo setor de comércio e serviços e pelos empregos ligados à administração pública, um padrão que se consolida durante a década que vai de 2006 a 2016, marcada pelos impactos do *boom* das *commodities* agrominerais no Estado e por políticas incluídas no rol do social-desenvolvimentismo dos Governos Lula e Dilma. Nesse aspecto, nota-se uma forte expansão do PIB metropolitano para o período que vai de 2006 a 2014 (10,60% a.a.), seguida de uma desaceleração entre 2014 a 2016 (3,77% a.a.), quando tem início a crise econômica influenciada pelo avanço das políticas de austeridade no Governo Federal. No caso da RMB, essa queda foi influenciada principalmente pelo valor adicionado bruto (VAB) da indústria que, apesar de expandir para o período de 2006 a 2014 (9,07% a.a.) apresenta um declínio entre 2014 e 2016 (-3,85% a.a.), registrado também nos municípios de sua região imediata (1,06%) e intermediária (1,01%).

O terciário é o setor que registra a maior participação sobre o VAB total da economia metropolitana para os dois períodos, seguindo o padrão registrado na indústria, de forte crescimento entre 2006 e 2014 (10,74% a.a.) e brusca desaceleração entre 2014 e 2016 (3,76% a.a.). Em contraponto, o período se caracteriza por um substancial aumento na participação do VAB da administração pública sobre o VAB total da economia metropolitana, que apresenta taxas de crescimento sempre próxima à faixa dos 10% a.a. para os dois períodos, tanto para a RMB (14,34% e 9,90%) quanto para a região intermediária (13,09% a.a. e 10,28% a.a.), saindo de aproximadamente 15% de participação sobre o VAB total, em 2006, para cerca de 22% em 2016 (Tabela 1; Tabela 2).

Tabela 1 - Valor Adicionado Bruto (VAB) e composição por setor do PIB do Pará, RMB e regionalizações associadas¹. Fontes: PNAD-IBGE (2006-2014).

	Pará		RMB		RGime		RGint	
	Taxa de crescimento médio anual							
	2006 - 2014	2014 - 2016	2006 - 2014	2014 - 2016	2006 - 2014	2014 - 2016	2006 - 2014	2014 - 2016
PIB	13,14%	5,13%	10,60%	3,77%	10,34%	5,00%	10,66%	5,69%
Valor adicionado bruto Total	13,28%	4,94%	10,68%	3,70%	10,30%	4,88%	10,65%	5,64%
Valor adicionado bruto agropecuária	12,76%	12,88%	7,20%	14,03%	7,66%	13,07%	10,32%	15,67%
Valor adicionado bruto indústria	14,24%	-2,86%	9,07%	-3,85%	8,31%	1,06%	8,42%	1,01%
Valor adicionado bruto serviços exceto adm. Pública	12,23%	5,44%	10,74%	3,76%	10,55%	3,96%	10,72%	4,42%
Valor adicionado bruto Adm. Pública	14,34%	9,90%	12,54%	10,33%	12,65%	10,36%	13,09%	10,28%

Tabela 2 - VAB do PIB metropolitano por setor, 2006; 2014; 2016.

VAB	Participação sobre o VAB Total			Participação do VAB da Rgint sobre o VAB do Estado
	RMB	RGime	RGint	PA
2006				
Valor adicionado bruto Total	100,00%	100,00%	100,00%	50,54%
Valor adicionado bruto agropecuária	0,96%	3,78%	5,57%	2,81%
Valor adicionado bruto indústria	20,85%	23,80%	22,84%	11,54%
Valor adicionado bruto serviços exceto adm. Pública	62,42%	56,83%	54,43%	27,51%
Valor adicionado bruto Adm. Pública	15,77%	15,60%	17,16%	8,67%
2014				
Valor adicionado bruto Total	100,00%	100,00%	100,00%	42,25%
Valor adicionado bruto agropecuária	0,75%	3,11%	5,43%	2,30%
Valor adicionado bruto indústria	18,55%	20,56%	19,41%	8,20%
Valor adicionado bruto serviços exceto adm. Pública	62,69%	57,87%	54,72%	23,12%
Valor adicionado bruto Adm. Pública	18,02%	18,46%	20,44%	8,64%
2016				
Valor adicionado bruto Total	100,00%	100,00%	100,00%	42,82%
Valor adicionado bruto agropecuária	0,90%	3,61%	6,51%	2,79%
Valor adicionado bruto indústria	15,95%	19,09%	17,74%	7,60%
Valor adicionado bruto serviços exceto adm. Pública	62,76%	56,86%	53,47%	22,90%
Valor adicionado bruto Adm. Pública	20,39%	20,44%	22,27%	9,54%

¹ Em 2017 o IBGE criou um novo quadro regional brasileiro, com regiões geográficas denominadas de *imediatas* e *intermediárias*, que substituíram a antiga regionalização vigente desde 1989 e que organizava o país em mesorregiões e microrregiões. A parcela do território paraense que atualmente corresponde à Região Imediata (RGime) e Região Intermediária (RGint) da RMB inclui 23 municípios, que na regionalização anterior estavam incluídos na mesorregião Metropolitana de Belém e em aproximadamente 40% da antiga mesorregião do Nordeste Paraense.

Apesar de apresentar uma participação inferior sobre o VAB total, em comparação com o setor terciário, a administração pública corresponde ao setor da economia metropolitana que concentrou a maior parte dos vínculos da economia formal durante o período (Tabela 3), com 160 mil vínculos formais em média, excluindo desse cálculo os profissionais de educação e saúde, o que elevaria o total de vínculos ligados ao setor de serviços para aproximadamente 190 mil vínculos, o que representava aproximadamente 17% da População Economicamente Ativa da RMB e aproximadamente 31% do emprego formal, em 2016. O setor de serviços distributivos, por sua vez, concentrava pouco mais de 24% do emprego formal em 2016, o que representava cerca de 125 mil vínculos, com mais de 56% desse total concentrado no comércio varejista, enquanto a construção civil concentrou cerca de 5% do total de vínculos formais da economia metropolitana, com aproximadamente 30 mil empregos para o ano de 2016. Por fim, em termos de massa salarial, o funcionalismo público representou cerca de 50% dos salários pagos no ano de 2016, ficando, portanto, acima do setor de serviços distributivos e da construção civil, que concentraram em 2016, respectivamente, 9,98% e 3,47% da massa salarial.

Tabela 3 - Classificação do emprego, massa salarial e emprego formal, 2006; 2014; 2016.

Classificação das Atividades Econômicas	Distribuição do emprego formal (%)			Distribuição setorial da massa salarial (%)		
	2006	2014	2016	2006	2014	2016
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Agropecuária e extrativa	1,29%	1,18%	1,32%	0,77%	0,97%	1,00%
Agropecuária	95,06%	96,52%	97,90%	83,79%	86,96%	91,96%
Indústria Extrativa Mineral	3,22%	2,78%	1,77%	6,87%	9,37%	6,50%
Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	1,72%	0,69%	0,33%	9,33%	3,67%	1,54%
Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas	2,54%	2,31%	2,24%	1,91%	1,58%	1,44%
Indústrias ligadas à agropecuária	81,61%	76,93%	81,97%	83,96%	78,13%	82,14%
Indústrias ligadas à indústria extrativa	18,39%	23,07%	18,03%	16,04%	21,87%	17,86%
Indústria de baixa e média-baixa tecnologia	4,34%	2,34%	1,91%	2,70%	1,40%	1,18%
Indústria de baixa intensidade tecnológica	84,63%	68,66%	68,69%	84,13%	66,70%	68,16%
Indústria de média-baixa intensidade tecnológica	15,37%	31,34%	31,31%	15,87%	33,30%	31,84%
Indústria de média-alta e alta tecnologia	0,38%	0,48%	0,48%	0,30%	0,41%	0,41%
Indústria de média-alta intensidade tecnológica	95,32%	97,91%	99,42%	96,97%	97,81%	99,58%
Indústria de alta intensidade tecnológica	4,68%	2,09%	0,58%	3,03%	2,19%	0,42%
Construção	4,74%	7,96%	5,95%	2,64%	4,64%	3,47%
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	8,16%	10,63%	6,42%	9,71%	9,69%	6,77%
Construção de edifícios	48,98%	53,38%	57,30%	41,51%	52,60%	54,48%
Obras de infraestruturas	24,89%	16,22%	16,70%	32,75%	18,36%	19,20%
Serviços especializados para construção	17,97%	19,77%	19,58%	16,03%	19,35%	19,55%
Serviços industriais de utilidade pública	0,91%	1,05%	1,01%	1,45%	1,41%	1,49%
Serviços distributivos	24,11%	24,93%	24,82%	17,63%	15,76%	14,66%
Comércio e reparação de automóveis	5,88%	7,21%	6,61%	5,93%	8,49%	7,72%
Comércio atacadista	12,66%	14,07%	14,04%	11,77%	15,97%	16,64%
Comércio varejista	59,32%	56,05%	56,29%	41,14%	47,72%	48,42%
Transporte, armazenagem e distribuição	19,22%	20,42%	20,79%	20,58%	24,05%	23,55%
Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV)	2,92%	2,24%	2,26%	20,58%	3,76%	3,66%
Serviços produtivos	9,00%	9,76%	9,37%	9,60%	10,23%	9,98%
Serviços Financeiros	20,69%	16,31%	17,62%	45,15%	34,32%	35,62%
Administração e comércio de imóveis	1,11%	1,69%	1,55%	0,42%	1,00%	0,87%
Serviços técnico-profissionais e científicos	19,63%	18,43%	19,51%	19,35%	22,65%	24,18%
Serviços de TI	4,43%	3,03%	3,65%	6,34%	5,67%	6,00%
Serviços de apoio à produção e serviços pessoais	54,14%	60,55%	57,67%	28,73%	36,36%	33,33%
organizações	10,22%	11,11%	12,33%	10,78%	12,07%	13,99%
Educação	43,80%	43,70%	43,31%	60,54%	62,35%	59,76%
Serviços de saúde e assistência social	32,85%	39,88%	42,46%	22,93%	27,92%	31,52%
Organizações associativas e organismos internacionais	23,35%	16,41%	14,23%	16,54%	9,72%	8,71%
Serviços Sociais - Administração Pública	35,34%	30,05%	30,99%	50,95%	48,89%	49,36%
Serviços Pessoais	7,14%	8,84%	9,59%	3,18%	4,23%	4,45%
Alojamento e alimentação	34,91%	32,50%	29,92%	32,93%	30,61%	28,57%
Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão	10,72%	11,33%	11,02%	17,23%	19,37%	17,93%
Outras atividades de serviços pessoais	54,21%	56,10%	59,04%	49,70%	49,97%	53,48%
Serviços Domésticos	0,16%	0,07%	0,03%	0,14%	0,06%	0,02%

Mesmo sendo referentes ao ano de 2016, e por não captarem a informalidade, os dados dos vínculos empregatícios apontam para elementos estruturais importantes da economia metropolitana que podem auxiliar em uma primeira análise do impacto da pandemia na RMB. O mais significativo diz respeito à importância do funcionalismo público sobre a massa de salários da economia metropolitana, o que possivelmente sustentou a atividade em outros setores da economia urbana, já que não houve redução substancial dos salários do funcionalismo durante o tempo de suspensão de atividades nas instituições públicas. Isso pode ter gerado uma forma de amortecimento à crise

econômica capitaneada pela paralisação de outros setores, em especial o comércio atacadista, responsável por uma massa salarial de pouco mais de 15% do total.

Em outra frente, inferindo dados sobre a informalidade no mercado de trabalho da RMB, a PNAD Contínua do IBGE do último trimestre de 2019 indicou um percentual de pessoas que não contribuíam para a Previdência na ordem de 53% da PEA, o que representa cerca de 550 mil pessoas. Como a taxa desocupação para o mesmo período era de 12%, pode-se aventar, de forma muito resumida, que a informalidade na RMB pode concentrar cerca de 480 mil pessoas. Estes números corroboram os dados do auxílio emergencial do Governo Federal, no qual foram beneficiadas cerca de 700 mil pessoas na RMB, totalizando 517 milhões desde o início do programa. Esta é uma cifra que, em pouco mais de 3 meses de programa, representa aproximadamente 70% do total da massa de salário do funcionalismo público do ano de 2016.

Por fim, em um primeiro momento, os dados indicam que, se por um lado, o peso do salário do funcionalismo público pode ter permitido um amortecimento da crise econômica, por outro lado o apoio financeiro do Governo Federal, na forma do Auxílio Emergencial, se torna ainda mais crucial para sustentação da economia metropolitana. Essa condição dependente do Governo Federal para manter um nível mínimo de funcionamento da economia da RMB, evidencia os limites políticos que estão dispostos ao Governo do Estado, no que tange à manutenção das medidas de isolamento em um contexto adverso e de conflito com a gestão no nível Federal.

3. A Região Metropolitana de Belém: território e Covid-19

A Região Metropolitana de Belém (RMB) é há muito conhecida pelos indicadores urbanísticos, habitacionais e infraestruturais críticos. Região Metropolitana da primeira leva da definição formal no país, ainda em 1973, por Lei Complementar, a RMB hoje é composta por sete municípios² e teria, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2019, 2,51 milhões de habitantes. Divulgação de resultados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atestava que na capital os *aglomerados subnormais* eram majoritariamente localizados em setores censitários de maior número de domicílios, em áreas extensas e proporcionalmente de maiores densidades demográficas brutas, com áreas precárias contíguas. Belém, ainda, em termos municipais é notoriamente a capital brasileira com as mais precárias condições de infraestruturas de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE que,

² Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal, com definições e inclusões de 1973 até 2011. Para detalhes, ver IPEA (2019).

metaforicamente, aponta que se trata de município que “apresentou condições menos desejáveis em todas as variáveis” (IBGE, 2010c, p. 46).

Tabela 4 - Estimativas populacionais municipais para o ano de 2019, para a Região Metropolitana de Belém; Censo Demográfico 2010 e Aglomerados Subnormais 2019 (número de domicílios em 2010 e 2019). Fonte: IBGE (2010a; 2019a; 2019b).

NOME DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA (2019)	POP. AGLOMERADOS SUBNORMAIS 2010	DOM. AGL. SUB. 2010	DOM. AGL. SUB. 2019
Ananindeua	530.598	288.611	12.922	76.146
Belém	1.492.745	758.524	369.177	225.577
Benevides	62.737	765	13.694	8.647
Castanhal	200.793	-	-	6.645
Marituba	131.521	83.368	27.413	23.587
Santa Bárbara do Pará	21.079	-	-	550
Santa Izabel do Pará	70.801	-	-	2.458
Total RMB	2.510.274	1.131.268	423.306	343.610

Do ponto de vista de políticas públicas, as intervenções em pequenos e grandes aglomerados subnormais são bastante diferenciadas. Em grandes áreas, por exemplo, podem ser necessárias profundas intervenções para melhorar a acessibilidade ao local de moradia, como a construção de planos inclinados, teleféricos ou a abertura de ruas, bem como a extensão de redes troncais de água, esgoto e energia para o interior das áreas. Em pequenos aglomerados os problemas de acessibilidade tendem a ser menos relevantes, assim como menos custosa a sua integração à infraestrutura da cidade formal. O Cartograma 1 ilustra esta diferença. A grande área contígua destacada em Belém (PA) abrigava 65 797 domicílios ocupados (268 085 habitantes) e estava localizada nas adjacências da área central de Belém. A origem deste aglomerado está ligada à ocupação de terrenos sujeitos a inundações periódicas de maré, em área pouco propícia à urbanização formal. Por outro lado, a história da urbanização do trecho mostrado da zona sul de São Paulo (SP) levou a formação de grande quantidade de pequenos aglomerados subnormais, espalhados no interior da cidade formal. Estes aglomerados ocupam partes de loteamentos e áreas não edificantes, como margem de córrego (IBGE, 2010b, p. 29).

Os *aglomerados subnormais* são áreas de moradia precária, com deficiências infraestruturais, irregularidades urbanística e fundiária e população de baixa renda, menos anos de escolaridade formal e maior contiguidade entre moradias (IBGE, 2010b). O problema dos aglomerados subnormais, localmente, também se reflete nas dimensões destes assentamentos. Desde o Censo Demográfico 2010, pelo menos, Belém é a capital

dos Estados que apresenta o maior percentual de aglomerados subnormais com mais de 1.000 domicílios particulares ocupados no país (IBGE, 2010b), em torno de 88%. Em 2019, Belém é também o município brasileiro acima de 750 mil habitantes com o maior percentual de domicílios ocupados em aglomerados subnormais, em relação ao total, cerca de 55,5% (IBGE, 2019b). Embora, segundo as estimativas do IBGE atualizadas para o ano de 2019, o quantitativo de domicílios metropolitanos em aglomerados subnormais tenha indicação de redução (Tabela), há ampliação da amostra destas áreas precárias, estendendo-se por todos os municípios componentes da Região Metropolitana de Belém (RMB), sanando uma questão conceitual e estatística em debate desde o ano censitário de 2010 e a divulgação de seus resultados.

Na escala metropolitana (Mapa 1), Belém figura como o 5º município brasileiro com o maior número absoluto de domicílios em aglomerados subnormais (225,5 mil), atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Manaus; municípios cujas populações são, respectivamente, em 821%, 450%, 192% e 146% daquela que Belém apresenta (IBGE, 2019b). Avaliando municípios brasileiros por faixa de população em 2019 e por percentual de domicílios em aglomerados subnormais, alguns dos municípios metropolitanos figuram nas primeiras posições. Para a faixa de população entre 350 mil e 750 mil habitantes, Ananindeua se encontra na 2ª posição quanto ao percentual de domicílios em aglomerados subnormais em relação ao total (cerca de 53,5%); para a faixa entre 100 mil e 350 mil habitantes, Marituba é o 1º em percentual de domicílios situados em aglomerados subnormais (61,2%)³; para municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, Benevides é o 2º com maior percentual de domicílios em aglomerados subnormais (42,7%). Considerando o percentual total de domicílios em aglomerados subnormais nos municípios brasileiros, Marituba em 2019 encontra-se na terceira posição, com 61,2%; lembre-se que o mesmo município foi citado no Censo Demográfico 2010 como aquele com o maior percentual do Brasil metropolitano em termos do número de domicílios em aglomerados subnormais, 77% (IBGE, 2010b; 2019b). Belém, em 2019, seria o 5º município brasileiro com o maior percentual de domicílios em aglomerados subnormais, seguido por Ananindeua em 6º e Benevides em 9º.

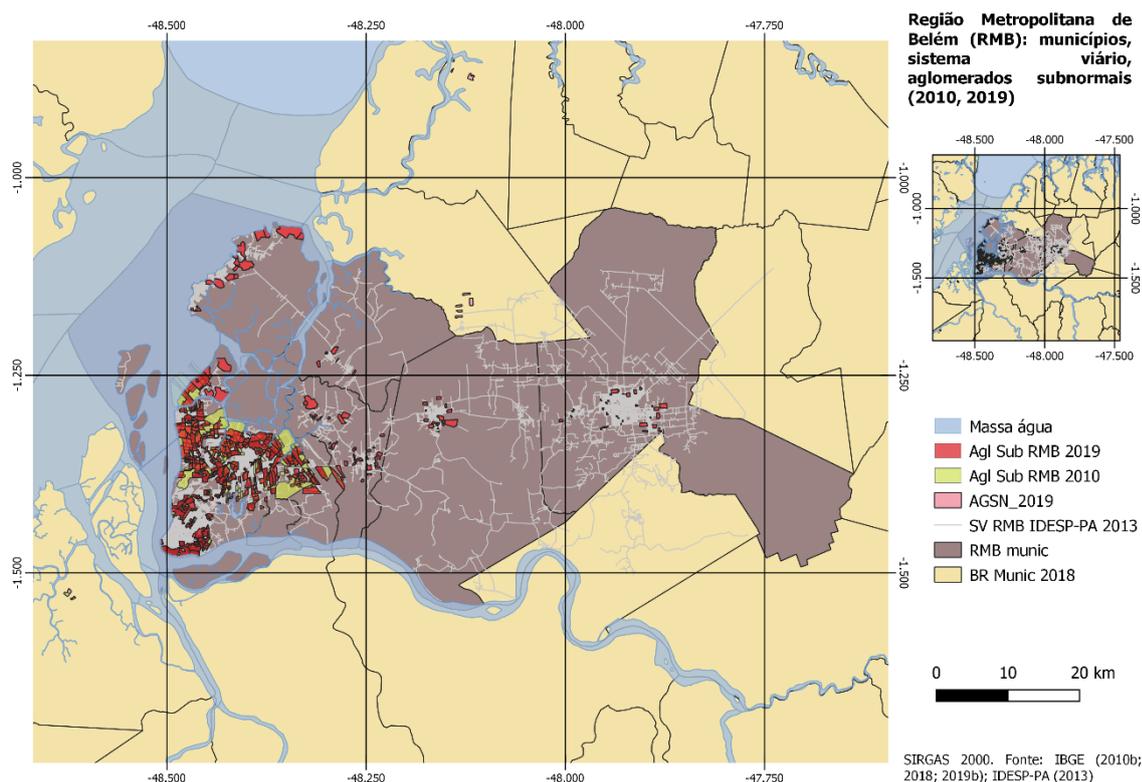
A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2, causador da doença chamada Covid-19) teria tido início em registros mundiais a partir do mês de dezembro de 2019, caracterizada por uma síndrome respiratória associada a microtrombos vasculares e, ocasionalmente, a processos afetos a manifestações de outra natureza - neurológica,

³ Em 3º lugar nesta faixa de população encontra-se o município de Tucuruí, no Sudeste do Pará, que sedia a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, empreendimento energético da ditadura militar inaugurado nos anos 1970, com 40% de domicílios em aglomerados subnormais em 2019 (IBGE, 2019b).

renal, psiquiátrica, sensorial, dermatológica, dentre outras (OPAS, 2020). A transmissão ocorreria por “[...] contato próximo através de gotículas respiratórias, por contato direto com pessoas infectadas, ou por contato com objetos e superfícies contaminados” (OPAS, 2020, p. 9).

As relações entre contágio e disseminação do novo coronavírus, a moradia precária, as condições ambientais e o saneamento são diretas. O próprio IBGE (2019b), agência brasileira de organização, coleta, produção e divulgação de dados estatísticos e demográficos oficiais, evidenciou a correlação entre o quadro pandêmico da doença e a criticidade das condições de assentamentos em condições *subnormais*. A deficiência em saneamento, a alta contiguidade espacial entre edificações e a densidade demográfica elevada são, em conjunto, fatores citados como causas desta relação (IBGE, 2019b). A Organização das Nações Unidas no Brasil, por sua vez, relaciona diretamente o risco de contaminação à falta de água e saneamento básico em geral (ONU, 27 abr. 2020).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declara que aproximadamente 3 bilhões de pessoas no mundo atual não teriam acesso a água potável e sabão, considerados itens essenciais para as medidas de prevenção do contágio e propagação da COVID-19 (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL, abr. 2020). Contraditoriamente, no Brasil atual a discussão sobre acesso universal ao saneamento básico tem passado, na esfera da imprensa e da opinião pública, pelo debate sobre a *privatização* tratada como “alternativa”. O formato aprovado em junho de 2020 pelo Projeto de Lei 4162/2019, no Senado Federal, esvazia as possibilidades de subsídios cruzados, a prestação de serviços públicos de saneamento e a gestão pública com controle social dos fluxos da água em cidades e regiões, induzindo a sucateamento ainda maior às companhias estaduais do setor (BRITTO, 2019). Deve ser acrescentado a isso o problema evidente das camadas de financiamento e agregação de valor comparáveis entre a prestação direta de serviço público e a prestação privada, em que, além do custo operacional e da remuneração de capital por investimento, soma-se a rentabilidade, isto é, uma camada a mais no valor final, com evidente impacto tarifário e exclusão social previsível.



Mapa 1 - RMB; limites municipais, sistema viário, delimitações de aglomerados subnormais para 2010 e 2019. Fonte: IBGE (2010b; 2018; 2019b); IDESP-PA (2013).

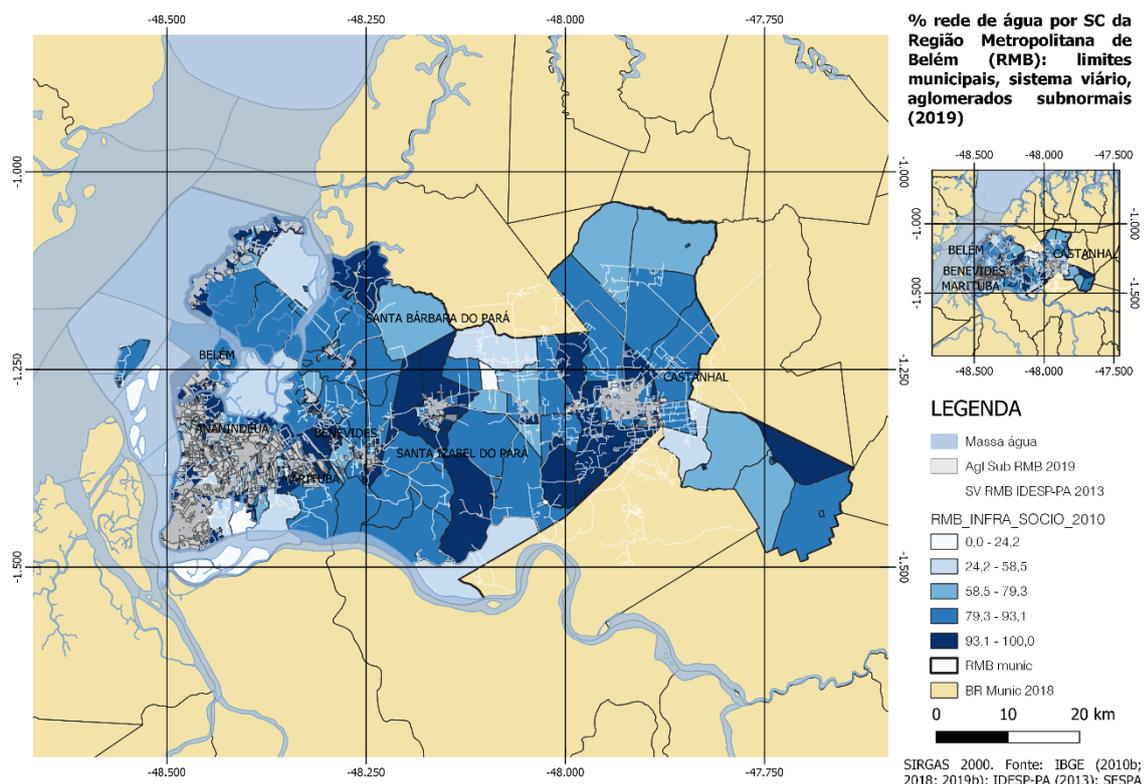
Em Belém e Região Metropolitana o problema de acesso ao saneamento básico é também crítico (Mapa 2; Tabela 5), como ocorre com outras variáveis infraestruturais e domiciliares mais diretamente ligadas às condições de moradia. Segundo as características urbanísticas do entorno dos domicílios do Censo Demográfico 2010 do IBGE, o município de Belém se situa, em média, com as piores condições de infraestrutura urbana do país dentre aqueles com população acima de 1 milhão de habitantes (IBGE, 2010c; tabela 2). Quanto às variáveis estratégicas para o saneamento como *meio-fio/guia*; *esgoto a céu aberto* ou *lixo nos logradouros*, a capital paraense figura nas piores condições dentre os quinze municípios de população superior a 1 milhão de habitantes registrados em 2010.

Tabela 5 - Pesquisa de Condições Urbanísticas do Entorno dos Domicílios do IBGE mostrava, em 2010, que Belém é o município milionário em população com as mais precárias condições médias de infraestrutura urbana do país; percentuais de atendimento dos domicílios e colocação dentre 15 municípios oscila entre as primeiras colocações no caso de variáveis negativas e últimas colocações em variáveis de caráter negativo. Fonte: IBGE (2010c).

Variável	Percentual do total de domicílios	Colocação entre 15 municípios com mais de 1 milhão de habitantes (2010)
Identificação do logradouro	35,5	15

Iluminação pública	93,7	15
Pavimentação	69,6	15
Meio-fio/guia de drenagem	53,1	15
Calçada	51,2	15
Rampa para acessibilidade	2,7	10
Arborização	22,4	15
Bueiro/boca-de-lobo	53,2	7
Esgoto a céu aberto	44,5	1
Lixo nos logradouros	10,4	1

No aspecto da disseminação da pandemia, além dos preponderantes aspectos socioeconômicos que impedem em caráter virtualmente definitivo o isolamento social da força de trabalho informal, autônoma e/ou pobre, a dimensão da infraestrutura pode ser vista como fator colaborativo relevante.



Mapa 2 - Percentual de atendimento de rede de água potável por setor censitário (SC) no território da RMB, segundo dados do Censo Demográfico 2010. Fonte: IBGE (2010).

Na Região Metropolitana de Belém (RMB) há cerca de 65% de atendimento de domicílios por rede de água potável, segundo dados (em grande parte autodeclaratórios) do Censo Demográfico 2010 do IBGE (2010; Tabela 6). As coberturas médias mais altas estariam em Benevides e Santa Bárbara do Pará, municípios com zonas rurais com

representatividade econômica e de menor porte em termos populacionais. Por outro lado, enquanto metrópoles brasileiras em média apresentam 92% (Tabela 6) de domicílios ligados à rede de água potável, a RMB oscila entre as faixas dos 35% a 90%, sendo uma RM majoritariamente urbana, o que não justificaria soluções alternativas ou microssistemas individualizados como tecnologia predominante. Municípios metropolitanos com condições habitacionais e urbanísticas críticas há décadas, como Ananindeua e Marituba também possuem percentuais relativos baixos. O uso expressivo de poços sem licenciamento ambiental, de baixa profundidade, indica baixa cobertura espacial das redes públicas e alta vulnerabilidade ambiental, o que obviamente potencializa riscos de contaminação em geral, tanto da água a ser consumida quanto de indivíduos.

Tabela 6 - Número de domicílios e domicílios atendidos por abastecimento de água potável na solução rede de abastecimento, RMB, Censo Demográfico 2010. Fonte: IBGE (2010).

Municípios e Região Metropolitana de Belém (PA)	Forma de abastecimento de água		
	Total	Rede geral de distribuição	% Total
Ananindeua (PA)	123170	45031	36,56%
Belém (PA)	362981	276847	76,27%
Benevides (PA)	7744	6787	87,64%
Castanhal (PA)	40691	18602	45,72%
Marituba (PA)	26063	10348	39,70%
Santa Bárbara do Pará (PA)	1389	1141	82,15%
Santa Izabel do Pará (PA)	11640	8895	76,42%
RM Belém (PA)	532987	349049	65,49%
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.			

Considerando Regiões Metropolitanas com número de domicílios situados em faixas semelhantes à da Região Metropolitana de Belém (RMB), nota-se grande discrepância nos índices de cobertura de rede pública de água potável (Tabela 7). Na Grande Vitória, no Espírito Santo, com 93% dos domicílios da RMB, 98% dos domicílios estão ligados na rede de água. Do mesmo modo, a Baixada Santista, em São Paulo, com 87% do quantitativo de domicílios da RMB, também apresenta cobertura de rede pública de água potável de 98%. Mesmo a Região Metropolitana de Goiânia, maior do que a RMB quanto ao número de domicílios em 25%, apresenta 84% de cobertura de rede de água. O descompasso de décadas dos indicadores infraestruturais e sociais da RMB se reflete de modo grave neste momento e se faz manifestar na disseminação da Covid-19 e

na vulnerabilidade a outras patologias, inclusive aquelas que não se relacionam diretamente com a veiculação hídrica.

A Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com diversas organizações internacionais, e brasileiras, vêm reforçando a importância do nexo entre acesso a água potável e os Direitos Humanos, o que é claramente impactante no contexto da pandemia de Covid-19. Especificamente, o impacto da pandemia de Covid-19 seria maior em populações residentes em favelas, aglomerados subnormais, assentamentos precários e similares (ONU, 25 mar. 2020). Os pobres, pelas dificuldades de acesso ao saneamento básico e a ações simples, como a lavagem das mãos e o acesso a água de qualidade no domicílio, seriam portanto mais penalizados (ONU, op. cit.) Neste contexto de moradia precária, especificamente, seriam mais de 2 bilhões de pessoas, hoje, no mundo (Idem, op. cit.)

Tabela 7 - Percentuais e número de domicílios atendidos por rede pública de abastecimento de água potável nas Regiões Metropolitanas Brasileiras identificadas pelo IBGE no Censo Demográfico 2010. Fonte: IBGE (2010a).

Região Metropolitana	Forma de abastecimento de água		
	Total	Rede geral de distribuição	% total
Manaus (AM)	492951	380095	77,11%
Belém (PA)	532987	349049	65,49%
Macapá (AP)	98485	53562	54,39%
Grande São Luís (MA)	328720	251037	76,37%
Sudoeste Maranhense (MA)	79505	74594	93,82%
Fortaleza (CE)	943180	858974	91,07%
Cariri (CE)	121741	115222	94,65%
Natal (RN)	349296	339053	97,07%
João Pessoa (PB)	313880	295181	94,04%
Campina Grande (PB)	162296	153765	94,74%
Recife (PE)	843964	721395	85,48%
Maceió (AL)	311207	236573	76,02%
Agreste (AL)	93938	78016	83,05%
Aracaju (SE)	237255	231637	97,63%
Salvador (BA)	837810	821211	98,02%
Belo Horizonte (MG)	1583441	1559948	98,52%
Vale do Aço (MG)	169222	152444	90,09%

Grande Vitória (ES)	496603	487012	98,07%
Rio de Janeiro (RJ)	3580894	3125191	87,27%
São Paulo (SP)	5660691	5584974	98,66%
Baixada Santista (SP)	466542	457254	98,01%
Campinas (SP)	824371	810069	98,27%
Curitiba (PR)	907984	895151	98,59%
Londrina (PR)	243707	239678	98,35%
Maringá (PR)	211062	202442	95,92%
Florianópolis (SC)	307571	288914	93,93%
Norte/Nordeste Catarinense (SC)	260503	248413	95,36%
Vale do Itajaí (SC)	190266	174618	91,78%
Carbonífera (SC)	130171	115157	88,47%
Foz do Rio Itajaí (SC)	140331	135013	96,21%
Tubarão (SC)	89173	77894	87,35%
Chapecó (SC)	100092	85632	85,55%
Lages (SC)	91019	87548	96,19%
Porto Alegre (RS)	1256608	1147588	91,32%
Vale do Rio Cuiabá (MT)	255479	234316	91,72%
Goiânia (GO)	670300	566973	84,58%
RMs Brasil Censo 2010	23383245	21635593	92,53%
Fonte: IBGE - Censo Demográfico			

No caso específico da Região Metropolitana de Belém, na maioria de seu território, a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA, principal concessionária do setor no Estado e na Região Metropolitana de Belém) suspendeu as ações de corte de fornecimento de água durante a pandemia de Covid-19, por determinação de Decreto Governamental, do Governo do Estado do Pará (COSANPA, 20 mar. 2020). Deve ser assinalado que a concessionária ainda não implantou a tarifa social entre seus usuários, tendo criado uma categoria de natureza popular de consumo de água, intitulada “R-1”, com consumo presumido e taxa única, mensal.

Retomando o problema da relação entre as condições ambientais, habitacionais, urbanísticas e sanitárias, os aglomerados subnormais de Belém e Região Metropolitana, por apresentarem frequentes características de maior contiguidade, indicam piores

condições de circulação de ar, de acessibilidade espacial e de insolação direta (IBGE, 2010b). A localização recorrente das áreas precárias de formação mais antiga, em planícies de inundação de rios locais (IBGE, op. cit.), expõe a população a frequentes alagamentos e inundações sazonais, com exposição a doenças de veiculação hídrica e perdas materiais e humanas. Pelos dados do Censo Demográfico 2010, a Região Metropolitana de Belém tem 52,5% de seus domicílios situados em aglomerados subnormais, com 53,9% de sua população residente nestas áreas (IBGE, 2010b); os maiores percentuais metropolitanos do país. O município de Belém abriga cerca de 66% dos domicílios metropolitanos em aglomerados subnormais, neste período (Idem, op. cit.) Estas áreas apresentam 52% de sua população composta por mulheres e 48% por homens. Sua média de moradores por domicílio, de 3,92, é 4% maior do que os 3,76 médios da capital e RMB (Idem, op. cit.)

Condições de pobreza se agravam nestes contextos, uma vez que nos domicílios de populações pobres costuma ocorrer, em média, maior taxa de dependência e perfil etário mais jovem, características que, em uma economia e mercado de trabalho desiguais, tendem a reproduzir desigualdades (ROCHA, 2005; 2013). Em Belém, 48% da população tem idade até 14 anos; mulheres possuem rendimento 22% abaixo da média municipal, enquanto homens têm rendimento 25% acima desta média; pessoas brancas têm renda 46% superior à média municipal; pessoas pretas possuem rendimentos 20% menores do que a média; pessoas pardas ganham 17% a menos do que em média no município (IBGE, 2010a). Na Região Metropolitana de Belém (Tabela 8; Gráfico 1) estes níveis de desigualdade se distribuem: homens brancos possuem renda 67% superior à média metropolitana e 15% superior à média das pessoas brancas em geral. Por sua vez, mulheres negras têm renda 33% inferior à média metropolitana e 19% inferior à média das pessoas negras em geral. Mulheres brancas na RMB têm renda 19% superior à média metropolitana; mulheres pardas têm renda 26% inferior à média metropolitana.

Tabela 8 - Rendimentos médios nominais da população da RMB, por sexo e raça/cor; mulheres negras e pardas apresentam as maiores desigualdades socioeconômicas. Fonte: IBGE (2010a).

RMB: Rendimento nominal médio mensal, por sexo e raça/cor	Sexo	Renda (R\$)	% total sexo	% média RMB
	Total	1310,67	100%	100%
	Homens	1446,56	110%	110%
	Mulheres	1128,2	86%	86%
Branca	Total	1908	100%	146%
	Homens	2193,9	115%	167%
	Mulheres	1565,46	82%	119%
Preta	Total	1078,15	100%	82%

	Homens	1202,79	112%	92%
	Mulheres	873,35	81%	67%
Amarela	Total	1517,01	100%	116%
	Homens	1867,43	123%	142%
	Mulheres	1200,43	79%	92%
Parda	Total	1104,08	100%	84%
	Homens	1200,49	109%	92%
	Mulheres	971,34	88%	74%
Indígena	Total	1404,76	100%	107%
	Homens	1515,75	108%	116%
	Mulheres	1308,98	93%	100%
Sem declaração	Total	-	-	-
	Homens	-	-	-
	Mulheres	-	-	-

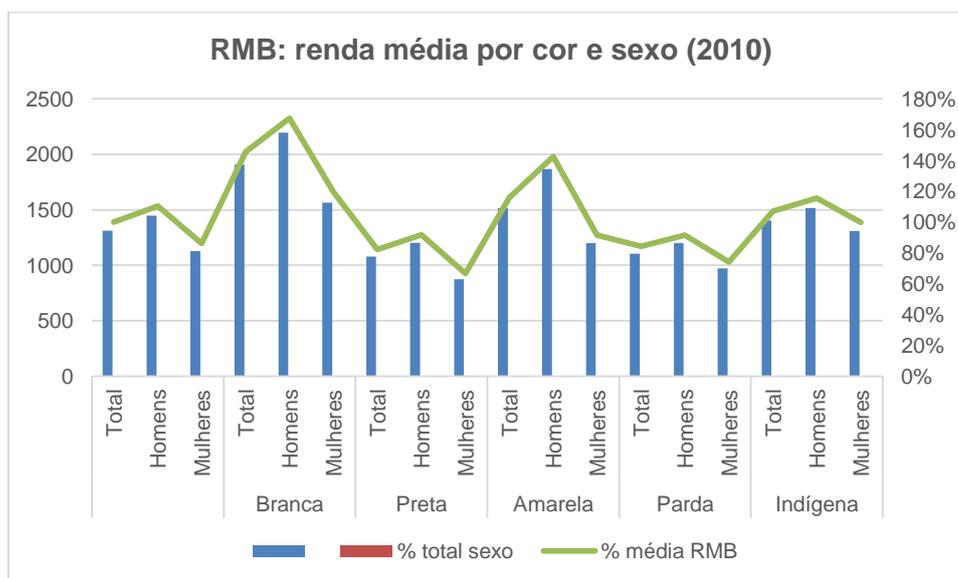


Gráfico 1 - Renda média nominal por raça/cor e sexo na população da RMB. Fonte: IBGE (2010a).

3.1 Pontos gerais da pandemia de Covid-19 no Pará

A média de idade dos casos confirmados de Covid-19 no Pará até 06 de julho de 2020 é de 42 anos, com desvio-padrão 18 (anos); a *moda estatística* é de 37, próxima da média, portanto. Os casos registrados cobrem pessoas de idades entre os 117 anos (um homem em Santarém, região do Baixo Amazonas) até 0 anos (SESPA, 06 jul. 2020). Em dados de 06/07/2020, os casos confirmados da Região Metropolitana de Belém (RMB) somavam aproximadamente 29,9 mil, dos quais 70% em Belém, 15% em Ananindeua e 5% em Castanhal (Tabela 9). A mais alta taxa de letalidade, quantidade de óbitos em

relação ao número de casos confirmados da doença, ocorreu em Castanhal, com 10,5% dos casos, seguida por Marituba, com aproximadamente 9% dos casos confirmados (Mapa 3). Marituba, outrora município metropolitano com o maior contingente de domicílios situados em aglomerados subnormais do país (77% do total, segundo o Censo Demográfico 2010), continua com expressiva população em condições habitacionais precárias, enquanto Castanhal passou a figurar nas estatísticas oficiais com domicílios em aglomerados subnormais – tendo sido objeto de liberação de funcionamento do comércio classificado como atividade não-essencial e posterior fechamento em função da lotação de leitos nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) locais. O caso tornou-se localmente célebre.

[...] O fechamento do comércio atende à recomendação do Ministério Público do Pará (MPPA), acatada pela prefeitura municipal e associação comercial-industrial de Castanhal.

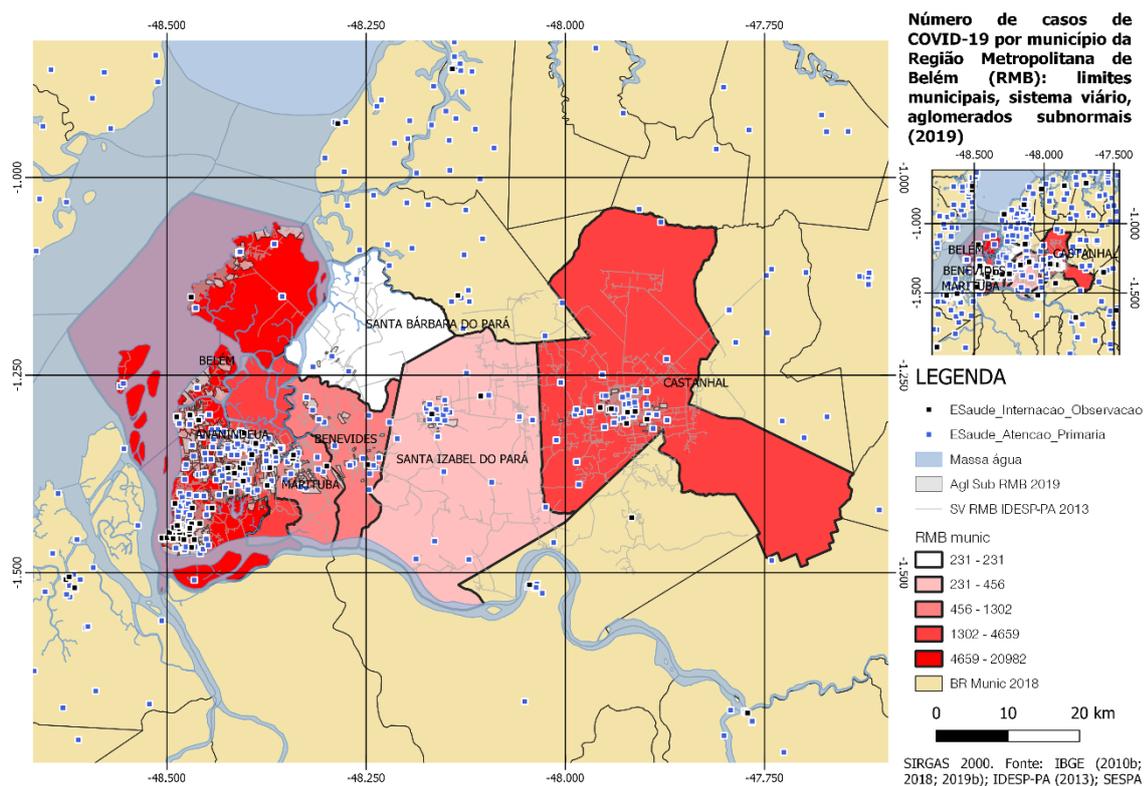
Somente farmácias, supermercados, feiras, postos de combustíveis, e outros serviços essenciais continuam funcionando. O uso de máscaras é obrigatório em locais públicos para evitar contaminação.

Colapso

O município já vive colapso no sistema de saúde. As unidades de pronto atendimento, hospitais públicos e municipais já não têm mais respiradores, nem leitos de Unidade de Tratamento Intensiva (UTI) para atender pessoas com sintomas da Covid-19. Muitas pessoas estão sendo tratadas em casa (G1 Pará, 01 mai. 2020).

Tabela 9 - Casos de Covid-19 por município da RMB; taxa de letalidade, percentuais sobre a população municipal em 2019 e sobre o contingente metropolitano de casos confirmados. Fontes: IBGE (2019a); SESPA (06 jul. 2020).

Município	Casos	% casos RMB	% pop. Munic. 2019	Letalidade
Ananindeua	4.659	15,60%	0,88%	7,19%
Belém	20.982	70,10%	1,41%	9,29%
Benevides	1.302	4,30%	2,08%	3,92%
Castanhal	1.628	5,40%	0,81%	10,50%
Marituba	684	2,30%	0,52%	8,92%
Santa Bárbara do Pará	231	0,80%	1,10%	4,76%
Santa Izabel do Pará	456	1,50%	0,64%	7,02%
TOTAL	29.942	100,00%	1,19%	7,37%



Mapa 3 - Espacialização do número de casos de COVID-19 por município da RMB, com plotagem dos EAS indicados pela atualização dos Aglomerados Subnormais 2019 do IBGE. Fontes: IBGE (2018; 2019b); IDESP-PA (2013); SESP (06 jul. 2020).

Levantamento feito em conjunto com lideranças comunitárias e de bairro em assentamentos precários da Região Metropolitana de Belém (RMB) atestaram diversas dificuldades no curso da pandemia de Covid-19. A intermitência do fornecimento de água vinha prejudicando, usualmente, estes locais de moradia, e persistiu entre os meses de março a julho de 2020, na vigência dos Decretos Estadual e Municipais que definiram as regras de isolamento social, a separação entre atividades essenciais e não-essenciais e as ações de combate à pandemia. O desemprego foi relatado como fator de preocupação, e alta incidência entre a população moradora de áreas precárias, relacionado à suspensão de funcionamento de estabelecimentos diversos (indústria, comércio, serviços). Segundo os relatos, mesmo as ações institucionais previstas por Prefeituras Municipais, como a distribuição de material de limpeza e higiene pessoal, seria restrita a poucas famílias e domicílios, sem divulgação entre a população em geral. Os relatos foram originados nos municípios metropolitanos de Belém, Ananindeua e Marituba.

O Governo do Estado do Pará foi indicado por moradoras-líderes e moradores como instância com maior presença assistencial e de resolução quanto às políticas de enfrentamento da pandemia e de auxílio à população. Por outro lado, as ações estaduais

foram identificadas ainda como insuficientes frente à grande demanda local. São citadas, e demandadas, embora não atendidas, demandas por auxílio-aluguel, auxílio-moradia e alternativas de crédito e seguro-desemprego durante a pandemia.

Quanto ao chamado Auxílio Emergencial da Caixa Econômica Federal⁴, embora a maioria da população mapeada, e representada pelas lideranças, tenha informado o recebimento do benefício, há relatos frequentes entre estes moradores quanto à demora para liberação, dificuldades com acesso à internet e sucessivos resultados negativos quando da candidatura das pessoas requerentes no sistema eletrônico da Caixa Econômica Federal. As dificuldades de acesso a internet são generalizadas, relatadas como problemas já sérios anteriormente à pandemia, agravados em um contexto em que pedidos de entrega a domicílio se fazem mais frequentes e necessários, bem como atividades à distância, como aquelas relacionadas a educação, saúde, sociabilidade e assistência social. A internet, inclusive, é citada como um bem de alto custo pela população local de assentamentos precários.

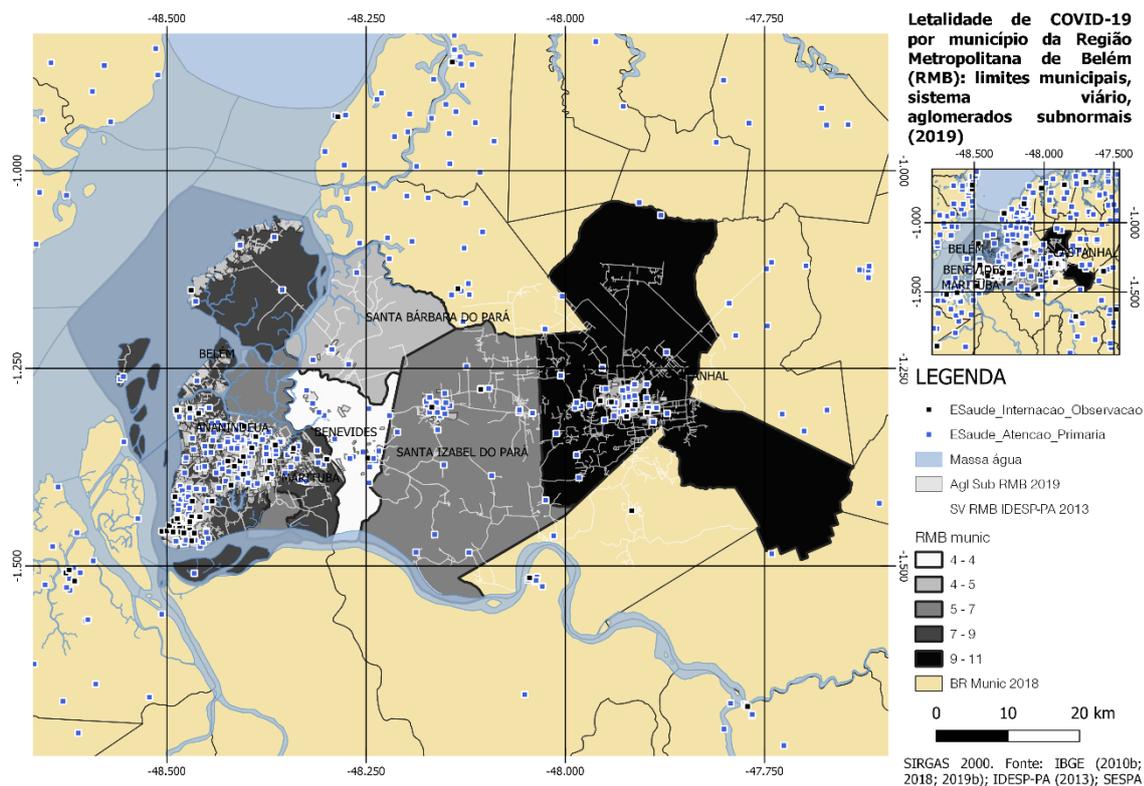
As ações públicas de serviços urbanos como coleta de lixo, limpeza urbana, desobstrução da rede de drenagem e dragagem de rios e canais urbanos são identificadas com as áreas nobres das cidades, restando bem mais ocasionais, raras, nas periferias urbanas e áreas periurbanas. Relatos semelhantes foram feitos a propósito das alterações na malha de transporte público por ônibus durante a pandemia; embora o Sindicato Patronal do setor informe queda de 65% a 73% nos meses de março a julho no fluxo de passageiros nos ônibus metropolitanos (SETRANSBEL, 2020), moradores de áreas precárias informam que a frequência de veículos, já historicamente deficiente, tornou-se virtualmente episódica durante a pandemia. Em termos concretos, a deficiência de linhas de ônibus em áreas favelizadas, com frequência de veículos proporcionalmente menor em relação às áreas centrais dos municípios metropolitanos, teria sido agravada durante a pandemia, prejudicando o fluxo da população e suas atividades. Como de praxe, a Patronal emite declarações de que o setor está “[...] à beira do colapso” (Idem, op. cit.), demandando ações governamentais de subsídio a um setor cuja liquidez, na Região Metropolitana de Belém, é das mais notáveis dentre todas as atividades econômicas locais, em vista da permanência do pagamento em dinheiro dentro dos veículos durante das viagens.

Quanto aos Estabelecimentos Assistenciais à Saúde (EAS), as áreas de moradia precária apresentaram relatos de saturação do sistema público, principalmente no acesso às Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) na

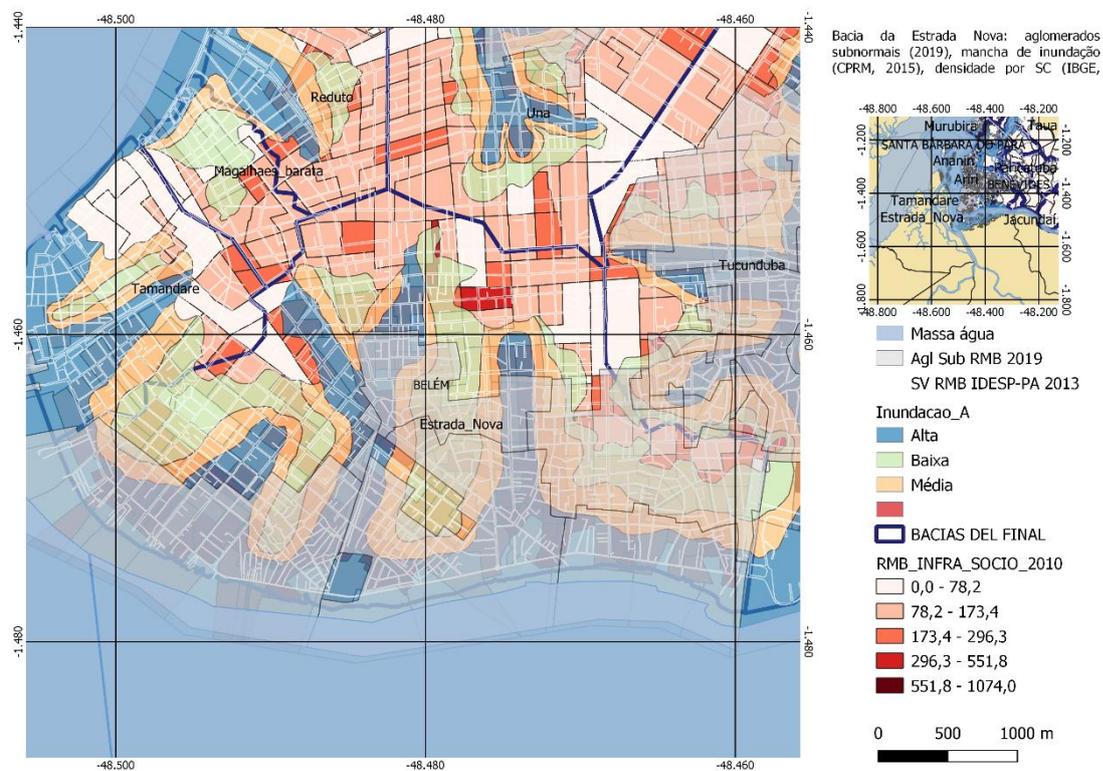
⁴ Segundo a Caixa Econômica Federal, o Auxílio Emergencial seria um benefício financeiro destinado a trabalhadores informais empreendedores individuais e trabalhadores autônomos, bem como a pessoas desempregadas, visando a proteção social durante a pandemia do novo Coronavírus, causador da Covid-19 (<https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>) (CAIXA, 2020).

Região Metropolitana de Belém (RMB). Por outro lado, os relatos atestam que os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) têm sido eficazes em seus encaminhamentos e ações durante a pandemia, inclusive intervindo favoravelmente à população, dentro de suas atribuições. Nos EAS locais, relatos informam que o procedimento médico, sobretudo no auge da pandemia de Covid-19, era a minimização do quadro clínico de pacientes com suspeita da doença, internando ou reservando maca em ambulatórios ou leitos hospitalares ou de observação apenas em casos considerados extremamente graves de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), sintomática tratada pela saúde pública do Brasil como correlata à Covid-19 em 96% dos casos (INFOGRIPE, 18 jul. 2020). A testagem de casos suspeitos é relatada como baixa pela população moradora de áreas precárias.

Ações policiais, como toques de recolher dados por viaturas da Polícia Militar, revistas, entrada em domicílios sem mandado judicial, típicas durante todo o ano, continuam a ocorrer, segundo tais relatos. Em paralelo, o problema de segurança se estende também ao domicílio e à família, uma vez que o isolamento social tem provocado sensível aumento de casos de violência doméstica, em que maridos, pais e padrastos praticam estupro e agressões físicas e psicológicas direcionadas a mulheres e meninas. Os relatos informam a insuficiência do mecanismo do número telefônico de denúncia da violência contra a mulher. A Defensoria Pública do Estado do Pará foi citada por uma moradora como instituição de defesa de mulheres vítima de violência. Detenções consideradas arbitrarias e violência exacerbada contra mulheres negras constam destes relatos.



Mapa 4 - Espacialização da taxa de letalidade de COVID-19 por município da RMB, com plotagem dos EAS indicados pela atualização dos Aglomerados Subnormais 2019 do IBGE. Fontes: IBGE (2018; 2019b); IDESP-PA (2013); SESPA (06 jul. 2020).



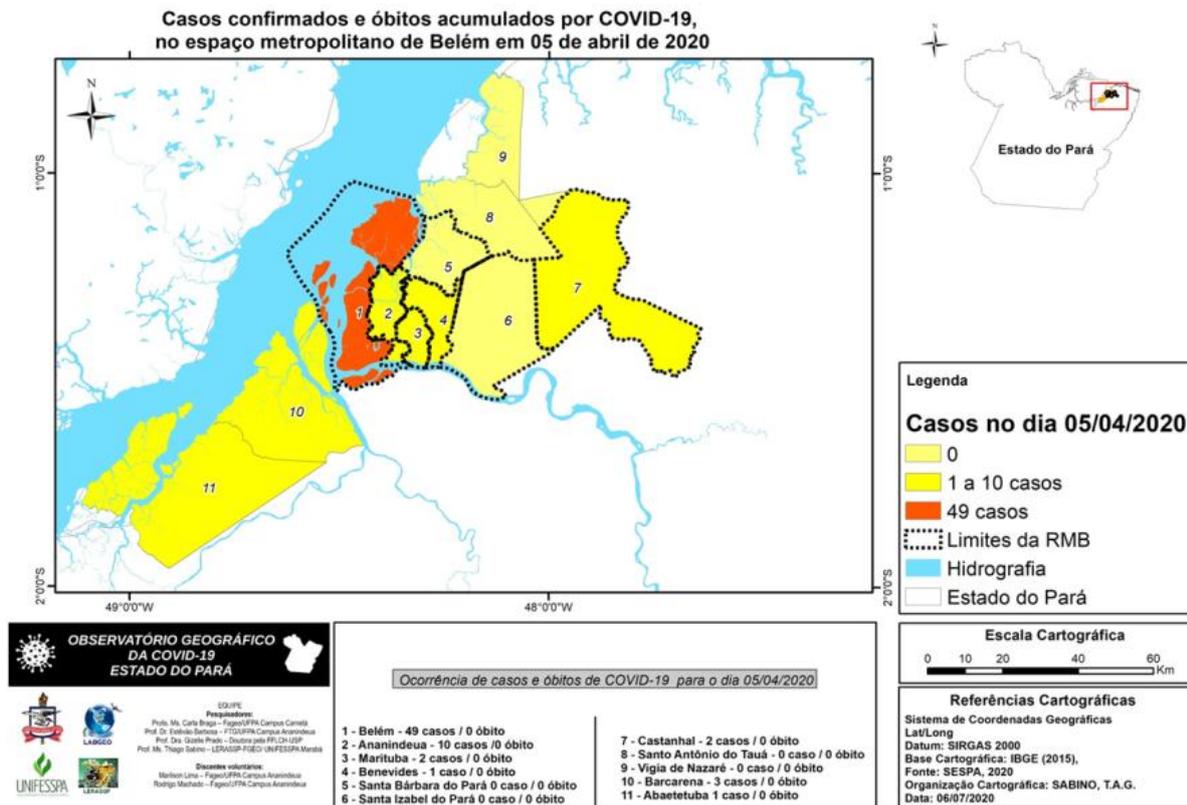
Mapa 5 - A área da Bacia da Estrada Nova, no Sul de Belém, é a região demograficamente mais densa da RMB, com aglomerados subnormais contíguos e extensas áreas alagáveis.

4. Distribuição geográfica da COVID-19

Os casos de COVID-19 no Estado do Pará (Mapa 6) ainda se encontram relativamente concentrados no município de Belém e, por conseguinte, em sua Região Metropolitana. O município de Belém teve seu primeiro caso confirmado no dia 18 de março de 2020, sendo este também o primeiro caso do Estado do Pará. Segundo informações divulgadas pela Secretaria de Saúde Pública do Pará (SESPA), trata-se de um caso importado de São Paulo e Rio de Janeiro. Após ser testado com o novo coronavírus, o paciente procedeu ao tratamento em isolamento domiciliar, conforme as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) (PARÁ, 2020a).

No dia 30 de março de 2020 o Estado do Pará reconheceu que novos casos registrados da COVID-19 ocorreram por *transmissão comunitária*, ou seja, quando não é possível mais rastrear a origem da infecção⁵. Nesse momento, Belém registrava 17 casos, enquanto o Pará atingia 62 casos da COVID-19, representando média de 27 % em relação ao resto do Estado. A partir desta data, se intensifica a proliferação do vírus para outros municípios da RMB e aqueles localizados na área de influência do espaço metropolitano (Mapa 6), pressionando a gestão pública para a tomada de ações estratégicas que contenham a disseminação da doença para as demais Regiões do Estado.

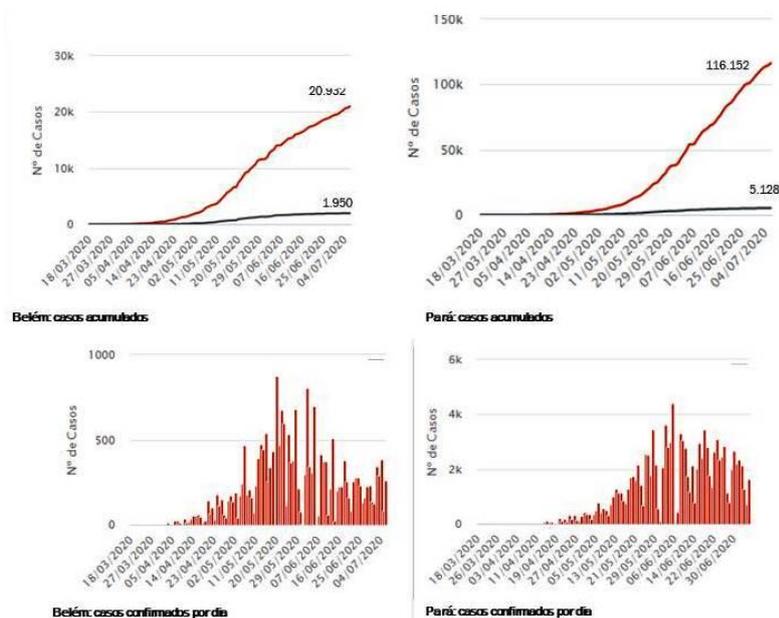
⁵ Segundo o *Dicionário Epidemiologia, Saúde Pública e Zoonoses* da Universidade de São Paulo, “A pandemia ocorre quando uma doença que estava em certa região (que era considerada uma epidemia) começa a se espalhar de maneira descontrolada pelos continentes ou até pelo mundo. Ou seja, ela é uma epidemia que se alastra descontroladamente, matando um grande número de pessoas. Um exemplo bastante comum de pandemia é a AIDS. O vírus ebola (que leva à uma doença altamente contagiosa e mortal) ainda não é considerado uma pandemia, mas possui grandes chances de se tornar uma no futuro” (FMVZ USP, 2016).



Mapa 6 - RMB e espaço metropolitano de Belém: casos confirmados e óbitos da COVID-19 até o dia 05 de abril de 2020. Fonte: SESPA (2020); IBGE (2018).

A partir do dia 30 de março até o dia 08 de maio de 2020, a curva ascendente dos infectados registrados em Belém foi superior à do restante do Pará. Após esse período, verifica-se ainda um grande crescimento na capital, no entanto os números indicaram que o vírus começava a se difundir também nos municípios do interior do Estado, sobretudo nas regiões Nordeste e na Região Sul e Sudeste do Pará. Em relação à evolução dos dados absolutos em Belém, verifica-se a intensificação dos casos a partir do dia 15 de abril, quando a curva dos casos confirmados se tornou ainda mais vertical, com variação muitas vezes superior a 100 casos em um único dia. Em 06 de maio o aumento de novos confirmados em um único dia foi o maior até então registrado, com 465 casos. A partir do dia 11 deste mês, esta variação oscilou, em média de 10%, chegando a registrar, no dia 19 de maio, 2.696 novos casos. Até o dia 06/07/2020 Belém já havia registrado 20.932 casos enquanto o Pará registrava 116.152 casos do novo coronavírus, conforme é possível verificar a seguir (Gráfico 2), o que representa a evolução de casos da COVID-19 em Belém e no Estado do Pará.

Gráfico 2 - Evolução dos casos de COVID-19 em Belém e no Pará até 06 de julho de 2020. Fonte: SESPA (2020).

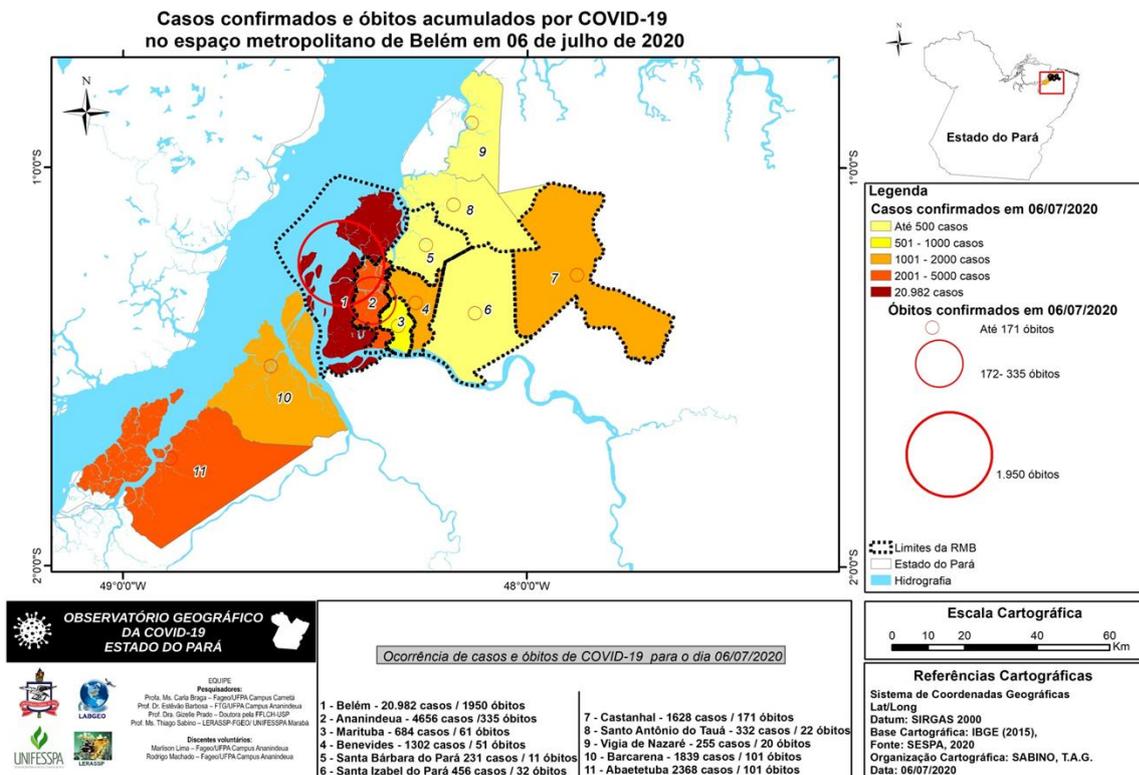


No que tange ao percentual dos casos confirmados nos municípios da RMB em relação aos demais municípios paraenses, tomando como base os dados da SESPA, no dia 05 abril de 2020 os municípios da RMB representavam expressivos 74% dos casos confirmados no Estado. Ampliando para os demais municípios que estão na área de influência do espaço metropolitano o percentual atingido seria de 79%. Por estes números é possível analisar que a doença chega no Pará por Belém, e da capital se dispersa primeiramente pelos municípios metropolitanos.

Tal hipótese se confirma nos dados da SESPA do dia 06/07/2020, quando Belém representava, em valores percentuais, 18,06% dos casos confirmados do Estado; Ananindeua, município metropolitano conurbado a Belém, 4,01%; a soma de todos os sete municípios da RMB representou 25,8% dos casos estaduais da COVID-19, e 51% das vítimas em óbito. Acrescentando os demais municípios do espaço metropolitano totalizou-se 30% dos casos, e 55% de óbitos do Pará, conforme é possível verificar a seguir (Mapa 7; Tabela 10).

Tabela 10 - Casos acumulados e óbitos na RMB e espaço metropolitano até o dia 06 de julho de 2020 Fonte: SESP (2020).

Municípios	Casos confirmados	Óbitos	Casos confirmados	Óbitos
	05 de abril	05 de abril	06 de julho	06 de julho
Belém	49	0	20.982	1.950
Ananindeua	10	0	4.656	335
Marituba	1	0	684	61
Benevides	2	0	1302	51
Sta. Bárbara do Pará	0	0	231	11
Sta. Izabel do Pará	0	0	456	32
Castanhal	2	0	1.628	171
Sto. Antônio do Tauá	0	0	332	22
Vigia	0	0	255	20
Barcarena	3	0	1.839	101
Abaetetuba	1	0	2.368	101
Total RMB	64	0	29.939	2.611
EMB	68	0	34.733	2.855
Pará	86	1	116.152	5.128

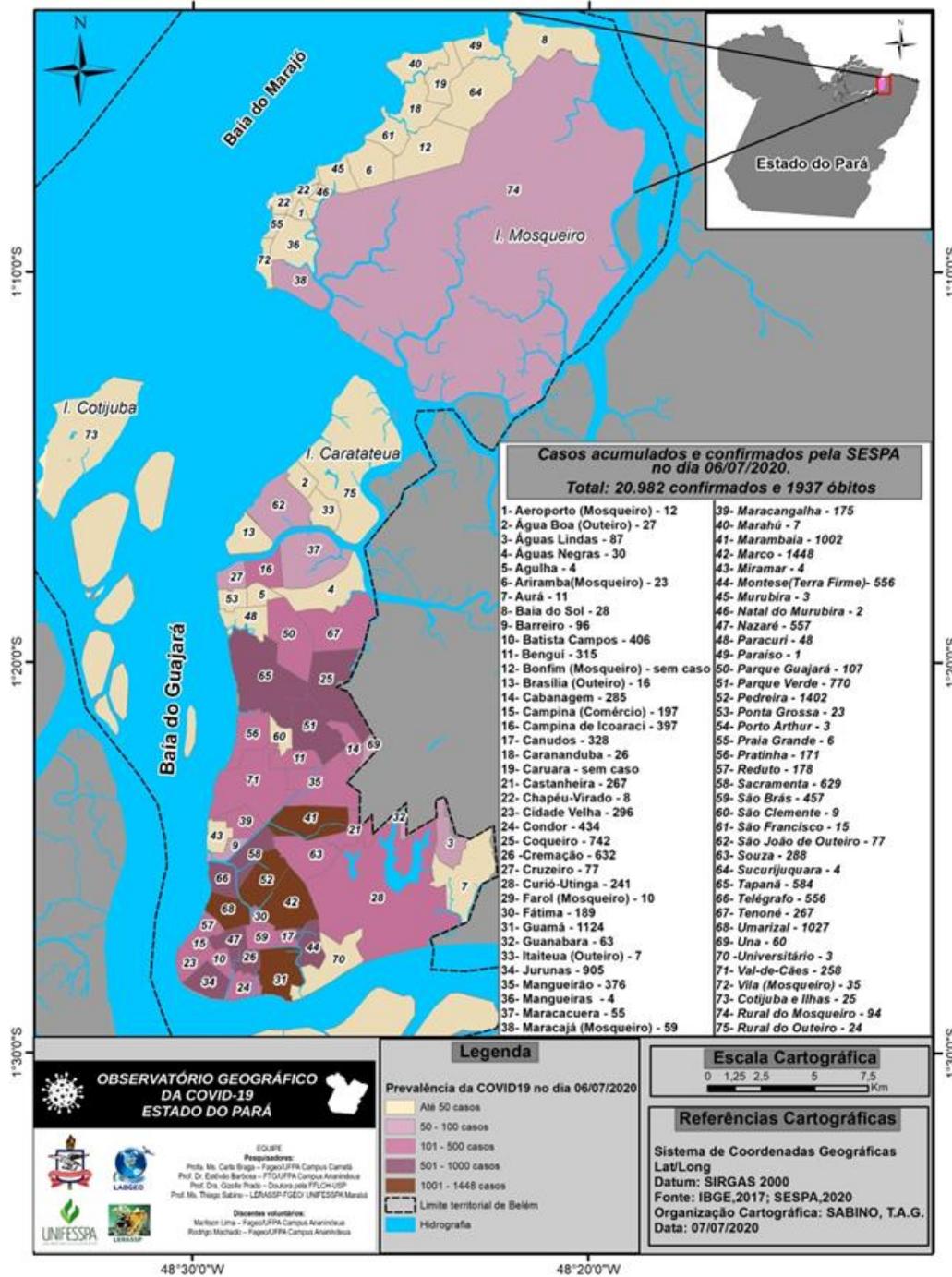


Mapa 7 - RMB e espaço metropolitano de Belém: casos confirmados e óbitos da COVID-19 até o dia 06 de julho de 2020. Fonte: SESP (2020); IBGE (2018).

Em relação à espacialização do vírus pelos bairros de Belém, constatou-se que a maior incidência de casos do COVID-19 continua sendo na área da 1ª Léguas Patrimonial⁶, com destaque para os bairros da Pedreira, Marco, Umarizal e Guamá (o mais populoso da Região Metropolitana), que já contabilizaram, no dia 06 de junho, mais de 1000 casos. Já os bairros do Jurunas, Montese (permeado por aglomerados subnormais), Telégrafo, Sacramento, Nazaré e Cremação têm médias elevadas de proliferação, no intervalo de 500 a 1000 casos. Para além da 1ª Léguas, destaca-se o bairro da Marambaia, na área de transição, com mais de 1000 casos já confirmados (SESPA, 2020). A seguir é possível verificar o acumulado de casos por bairro (Mapa 8).

⁶ A Primeira Léguas Patrimonial é uma área aproximada de 4.110 ha, com traçado de uma léguas em formato de arco quadrante, partindo do Forte do Presépio, primeiro núcleo de ocupação territorial de Belém, iniciada no século XVII.

Casos confirmados da COVID-19 pela SESPA, nos bairros de Belém, no dia 06/07/2020 às 20 h.



Mapa 8 - Bairros de Belém: casos confirmados da COVID-19 até o dia 06 de julho de 2020. Fonte: SESPA (2020); IBGE (2018).

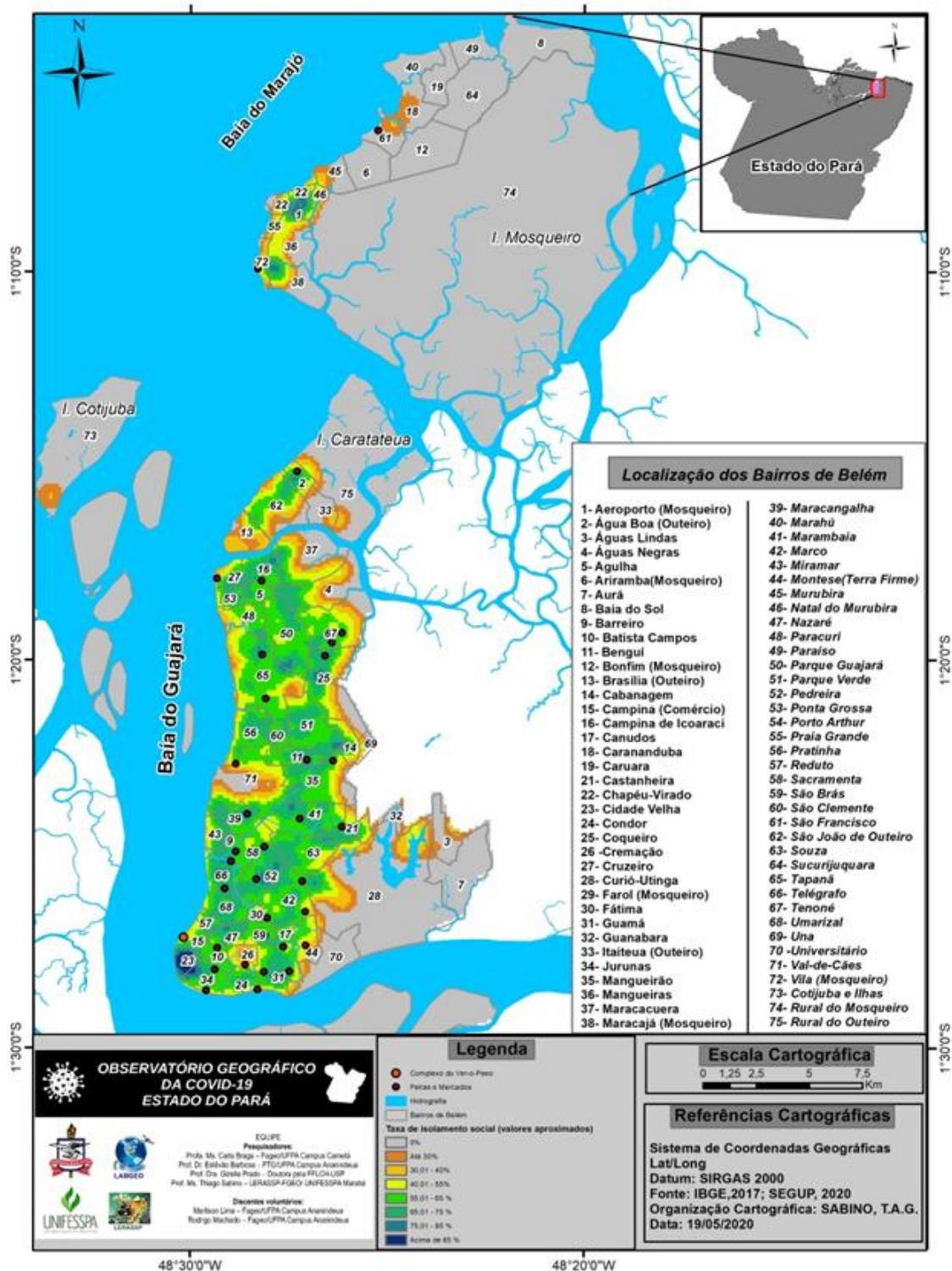
Entretanto, sabendo que a subnotificação é uma realidade nacional, ressalta-se que esses dados não revelam a verdadeira dimensão socioespacial da pandemia em Belém e na RMB. Em estudo publicado na revista *Science*, observa-se que para cada

pessoa testada positivamente com COVID-19, estima-se que o número real de casos pode ser de cinco a trinta vezes maior que o divulgado oficialmente (LI et al., 2020).

A realidade de Belém reforça essa ideia. O município possui diversos fatores de desigualdades que contribuíram para uma grande proliferação da doença na população, que vai desde aqueles relacionados com a precarização da infraestrutura no território até a questão econômica. Assim, os baixos indicadores sociais, a baixa renda da maioria da população e o grande número de pessoas inseridas no setor informal da economia induziram a níveis de isolamento social na capital sempre abaixo de 60%, quando o recomendado pela OMS seria de 70%. É justamente nos bairros da periferia e nas proximidades das Feiras e Mercados Públicos que este índice registrou maior movimentação e aglomeração de pessoas, mesmo no período sob efeito do decreto de *lockdown*⁷, conforme pode ser atestado no Mapa 9.

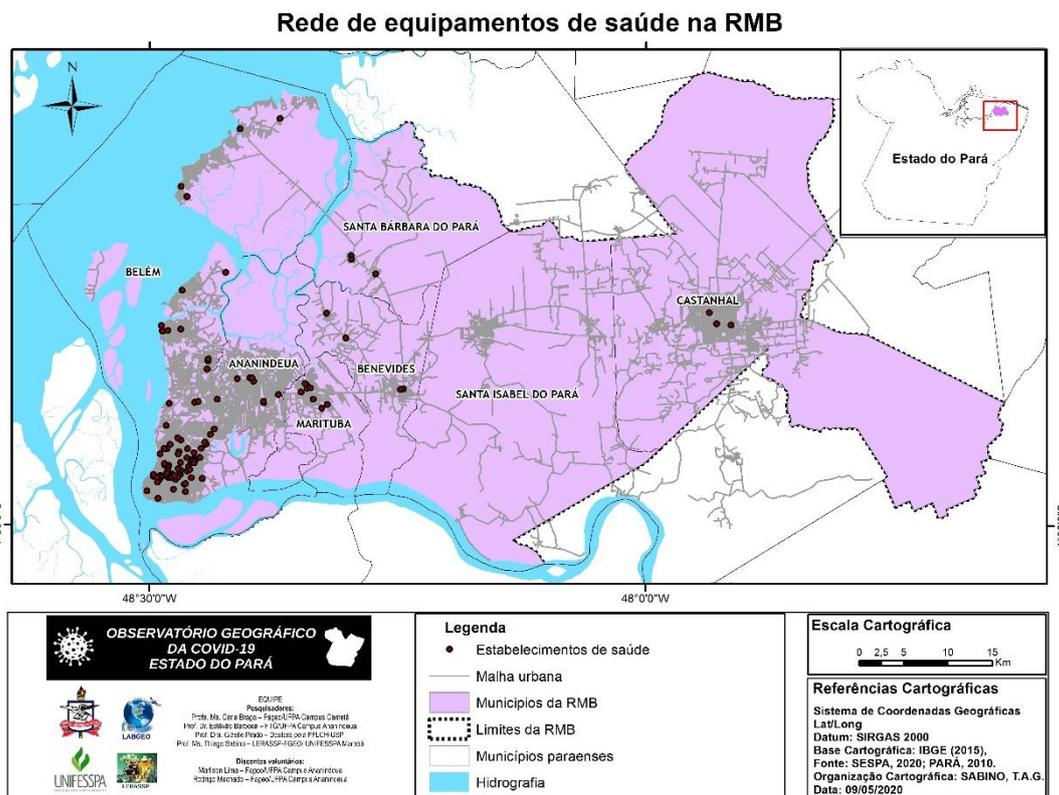
⁷ DECRETO ESTADUAL Nº 729, de 5 de maio de 2020, que dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais, no âmbito dos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Breves, Vigia e Santo Antônio do Tauá visando a contenção do avanço descontrolado da pandemia do corona vírus COVID-19. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) caracteriza o chamado *lockdown* como “distanciamento social mais restritivo”, que “[...] a conjugação de isolamento dos casos, quarentena de contatos e medidas amplas de distanciamento social, principalmente aquelas que reduzem em pelo menos 60% os contatos sociais, tem o potencial de diminuir a transmissão da doença [...]” (CNS, 2020)

Mapa de isolamento social, nos bairros de Belém, no dia 16/05/2020, com média de 55,1%



Mapa 9 - Bairros de Belém: isolamento social no dia 16 de maio de 2020. Fonte: SEGUP (2020); IBGE (2018).

No que se refere à concentração dos estabelecimentos de saúde na RMB, percebe-se novamente uma grande concentração na capital, sobretudo na área que corresponde à Primeira Léngua Patrimonial. Nesta área estão localizados os hospitais de alta e média complexidade da região e, também, é onde o Governo do Pará instalou o hospital de campanha para servir de retaguarda dos casos de baixa e média gravidade da RMB, Nordeste Paraense e porção oriental do Marajó. No período dos meses de abril e maio de 2020, a imprensa divulgou constantemente a grande taxa de ocupação dos leitos clínicos e leitos de UTI na RMB, provocando forte pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) local. Em contrapartida, o Governo do Pará resolveu tornar alguns hospitais *portas abertas*, sem a procedimental triagem de pacientes por especialidade e mediante encaminhamento de outros Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS). Somente no final do mês de junho de 2020, inaugurou-se parcialmente o Hospital Regional de Castanhal, município metropolitano, para ajudar no atendimento dos casos do município e daqueles oriundos da região Nordeste Paraense. No Mapa é possível identificar a localização desses equipamentos na Região Metropolitana de Belém.



Mapa 10 - RMB: Equipamentos de saúde. Fonte: DATASUS (2019).

Nesse sentido, a partir desses elementos apresentados, algumas hipóteses são colocadas para justificar a alta incidência da pandemia em Belém e no conjunto dos municípios da RMB:

- I. Houve grande subnotificação de vários bairros da periferia desses municípios, o que de certo modo contribuiu para que o vírus se alastrasse com maior velocidade nestas áreas, em razão, sobretudo, das condições de vulnerabilidade social da maioria da população;
- II. A burocracia na liberação do auxílio emergencial, que não é difícil de verificar por ocasião das enormes filas que se formaram na frente das agências da Caixa Econômica Federal, provocou grandes aglomerações de pessoas, expondo-as ao risco de contágio;
- III. A elevada incidência de casos positivos do novo coronavírus nos bairros centrais, moradia da elite e da classe média alta, é confirmada porque muitos estão pagando para realizar o teste nos laboratórios privados, a um valor de 200 a 300 Reais, em média. Em alguns casos, como já noticiado na mídia, pessoas de alto poder aquisitivo deixam o Estado em AERO-UTI, a fim de buscar atendimento em Brasília e em São Paulo. No momento crítico, que ocorreu entre os dias 20 de abril e 10 de maio, alguns hospitais da rede privada fecharam suas portas e os usuários dos planos de saúde buscaram atendimento no hospital de campanha, situado no Hangar Centro de Convenções, ou no hospital regional Aberlado Santos, no distrito de Icoaraci, ambos públicos.
- IV. A proximidade da rede hospitalar em relação ao domicílio do paciente também é um fator notável, inclusive abordado pelo IBGE em sua atualização prévia da estatística e da cartografia dos Aglomerados Subnormais para o ano de 2019. Não é à toa que Jurunas, Guamá e Sacramenta, bairros da periferia próxima, com grande concentração de pessoas e que dispõem de rede de atendimento de saúde (prontos-socorros, UMSs e UPAs), estão entre os bairros com grande índice de pessoas infectadas pelo novo coronavírus, o que inclui a possibilidade de diagnóstico clínico, hipótese lamentavelmente não disponível para toda a população. No oposto, os bairros do Barreiro, Aurá, Pratinha e boa parte do distrito de Icoaraci aparecem ainda com baixa ocorrência nos dados oficiais. Tais diferenças entre bairros é sentida também pelo restante dos municípios da RMB, apesar de não haver dados disponíveis pela SESPA ou prefeituras municipais para afirmar essa contestação;
- V. Aliás, a transparência dos dados oficiais divulgados pela SESPA e secretarias de saúde dos municípios tem sido outro problema. Alguns dados importantes, como

a presença de leitos de UTI por município, a taxa de letalidade por bairro (Região Metropolitana de Belém), bem como as informações da rede pública que, em grande medida, está recebendo os infectados pela COVID-19, não estão disponibilizados de maneira eficiente no site da referida Secretaria, sendo alguns desses disponíveis de forma mais detalhada apenas para o município de Belém.

Referências

AGAMBEN, Giorgio; ZIZEK, Slavoj; NANCY, Jean Luc; BERARDI, Franco; PETIT, Santiago; BUTLER, Judith; BADIOU, Alain; HARVEY, David; HAN, Byung-Chul; ZIBECCHI, Raúl; GALINDO, María; GABRIEL, Markus; GONZÁLEZ, Gustavo; MANRIQUE, Patricia; PRECIADO, Paul. Sopa de Wuhan. Buenos Aires: Pablo Amadeo / ASPO, 2020.

BRASIL. Metas e bases para a ação de governo. Brasília: Presidência da República, 1970.

BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. Água e esgoto: uma privatização selvagem. **Outras Palavras**. Cidades em transe. São Paulo, 27 jun. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/agua-e-esgoto-uma-privatizacao-selvagem/>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CAIXA (Caixa Econômica Federal). Auxílio Emergencial do Governo Federal. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2020. Disponível em: www.auxilio.caixa.gov.br. Acesso em: 26 jul. 2020.

CARDOSO, A.; SILVA, H.; MELO, A.; FERNANDES, D. Urban Tropical Forest: Where Nature and Human Settlements are Assets for Overcoming Dependency, but how can Urbanisation Theories identify these potentials? In: HORN, P., D'ALENÇON, P.; CARDOSO, A. (eds.), **Emerging Urban Spaces**. Cham: Springer, 2018. https://doi.org/10.1007/978-3-319-57816-3_9.

CNS (Conselho Nacional de Saúde; Ministério da Saúde). Recomendação n.º 036, de 11 de maio de 2020. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (*lockdown*), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos. Brasília: CNS, 2020. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará). Cortes no fornecimento de água por falta de pagamento estão suspensos por 90 dias. Belém: COSANPA, 20 mar. 2020. Disponível em: <http://www.cosanpa.pa.gov.br/noticias/cortes-no-fornecimento-de-agua-por-falta-de-pagamento-estao-suspensos-por-90-dias/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

FEARNSIDE, Philip. Will the next coronavirus come from Amazonia? Deforestation and the risk of infectious diseases (commentary). Mongabay, 08 Abril 2020. Disponível em: <<https://news.mongabay.com/2020/04/will-the-next-coronavirus-come-from-amazonia-deforestation-and-the-risk-of-infectious-diseases-commentary/>>. (Acessado em: 13 Mai 2020).

FMVZ USP (Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo). **Dicionário de Epidemiologia, Saúde Pública e Zoonoses**. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/glossary/view.php?id=895978>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

G1 PARÁ; Rede Liberal; Rede Globo de Comunicação. Após entrar em colapso na saúde, Castanhal decreta fechamento do comércio não essencial. Medida foi recomendada pelo (MPPA). Somente farmácias, supermercados e outros serviços essenciais continuam funcionando. Belém: G1 PA, 01 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/01/apos-entrar-em-colapso-na-saude-castanhal-decreta-fechamento-do-comercio-nao-essencial.ghtml>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

GOMES, Taynara; CARDOSO, Ana Claudia. POLÍTICAS PÚBLICAS CRUZADAS: PRESERVAR, QUEIMAR OU (PARA) CONSTRUIR - O CASO DE ALTER DO CHÃO EM SANTARÉM (PA). Texto submetido ao XIV Colóquio Quapá-Sel (2020) - evento adiado em função da pandemia de Covid-19.

HECKENBERGER, Michael. The ecology of power. Culture, place and personhood in Southern Amazon, AD 1000-200. London/ New York: Routledge, 2005.

HENRIQUE, Márcio Couto. Sem Vieira Nem Pombal, índios na Amazônia do Século XIX. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Aglomerados subnormais. Primeiros resultados. 259 f. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

_____. **Características urbanísticas do entorno dos domicílios**. 171 f. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.

_____. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2019 enviadas ao Tribunal de Contas da União. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

_____. **Agglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. 33 f. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.

IDESP-PA (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará; Governo do Estado do Pará; Núcleo de Estudos Urbanos). Base de dados do Núcleo de Estudos Urbanos do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará (NEUR/IDESP-PA). Belém: IDESP-PA, 2013. CD-ROM. [Base de dados; cartografia digital.]

INFOGRIPE, Sistema; Fundação Oswaldo Cruz; Ministério da Saúde. Boletim semanal, semana 29 de 2020. 28 f. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 18 jul. 2020. Disponível em: https://gitlab.procc.fiocruz.br/mave/repo/-/blob/master/Boletins%20do%20InfoGripe/Boletim_InfoGripe_atual.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Governança Metropolitana no Brasil. INCT Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <<http://brasilmetropolitano.ipea.gov.br>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

ISAA – Instituto Socio Ambiental. Cataclismo Biológico. Disponível em https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=11tdo2k1udOyHymGFBPV3fewpbs1nNMZllp59-fQC8Lo&font=Default&lang=en&initial_zoom=2.

ISAb - Instituto Socio Ambiental. ... Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/projeto-belo-sun-coloca-amazonia-brasileira-em-risco-de-contaminacao>.

ISAc - Instituto Socio Ambiental. ... Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/linha-do-tempo-a-omissao-do-governo-na-tragedia-indigena>.

(<https://www.cartadebelem.org.br/regularizacao-ambiental-e-fundiaria/>)

ISAd - Instituto Socio Ambiental. ... Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/aumento-de-desmatamento-e-queimadas-deve-piorar-crise-de-covid-19-no-xingu>).

ISAE - Instituto Socio Ambiental. ... Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mais-um-quajajara-tomba-ate-quando>

ISAF - Instituto Socio Ambiental. ... Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/liminar-do-stf-obriga-governo-a-proteger-povos-indigenas-durante-a-pandemia>

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão Pará (1871-1888). 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Sara. Comunicação verbal. Santarém: FASE Amazônia, Julho /2020.

MIRANDA, Thales. A ilusão da Igualdade. Natureza, Justiça Ambiental e Racismo em Belém. 2020. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo. Universidade Federal do Pará. Belém.

MONTEIRO, Artur, SANTOS, Lucas. Covid-19 e a crescente fragilidade da Amazônia Brasileira (mimeo) 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Acesso à água é fundamental para combater propagação da COVID-19 em áreas de favela.** Rio de Janeiro: UNIC Rio, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acesso-a-agua-e-fundamental-para-combater-propagacao-da-covid-19-em-areas-de-favela/> . Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. Pacto Global discute importância do saneamento básico na luta contra o novo coronavírus. Brasília-DF: Nações Unidas Brasil, 27 abr. 2020. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pacto-global-discute-importancia-do-saneamento-basico-na-luta-contra-o-novo-coronavirus/>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde; Organização Mundial de Saúde). **Manejo clínico da COVID-19.** Orientação provisória. 64 f. Washington/DC/EUA: OPAS, 27 mai. 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52285/OPASWBRACOV19-1920075_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 jul. 2020.

ROCHA, Sônia. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. **Revista Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, 9(1): 153-185, jan./abr. 2005.

_____. Pobreza no Brasil. A evolução de longo prazo (1970-2011). 52 f. **Anais: XXV Fórum Nacional O Brasil de Amanhã.** Rio de Janeiro, 13-16 mai. 2013. [Série Estudos e Pesquisas, 492].

SALDIVA, Paulo. **Vida urbana e saúde.** São Paulo: Contexto, 2018.

SARGES, Maria de Nazaré. Memórias do "velho" intendente: Antônio Lemos - 1869-1973. 1998. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SESPA (Secretaria de Saúde Pública; Governo do Estado do Pará). **Coronavírus no Estado do Pará.** Belém: SESPA, 06 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.covid-19.pa.gov.br/public/dashboard/41777953-93bf-4a46-b9c2-3cf4ccef3c9>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SETRANSBEL (Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Belém). Esclarecimento público. Belém: SETTRANSBEL, 2020. Disponível em: <http://www2.passefacil.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SGAMBATTI Monteiro, A., Lima dos Santos, L. (2020): Covid-19 and the increasing fragility of the Brazilian Amazon. - IASS Discussion Paper, May 2020. <https://doi.org/10.2312/iass.2020.020>

SPOSITO, M. E. ; ELIAS, D. ; SOARES, B. R. (Org.) . Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Marabá e Los Angeles. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: 2016.

VECCHIONE, Marcela; CAMPOS, André; SANTOS, Maureen. A política ambiental do governo brasileiro e os impactos na agenda internacional do país. Fase Conviva. 22 de julho, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yEmzW64QMCs>.

UJVARI, Stefan. Pandemias - A humanidade em risco. São Paulo: Contexto, 2011.

BORGES, Pedro. Pandemia impacta a vida de quilombolas no Pará. Alma Preta. Realidade. 01 de maio de 2020. Disponível em <https://almapreta.com/editorias/realidade/pandemia-impacta-a-vida-de-quilombolas-do-para>.

VENTURA NETO, Raul. A (Trans) formação socioespacial da Amazônia: Floresta, Rentismo e Periferia. 2017. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas.